Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

| Relatorio dos auditores independentes sobre as demonstrações finânceiras individuais e | |
|--|----|
| consolidadasconsolidadas | 2 |
| Balanços patrimoniais | |
| Demonstrações dos resultados | |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | |
| Demonstrações do valor adicionado | 15 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 16 |
| | |



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Bombril S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Bombril S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Bombril S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bombril S.A. e da Bombril S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2



Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia apresenta prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 1,215,541 mil, excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 208.323 mil na controladora e R\$ 206.755 mil no consolidado, e passivo a descoberto no valor de R\$ 245.161 mil. Parte substancial desse passivo a descoberto se refere a empréstimos e financiamentos, os quais precisam ter seus prazos de pagamento renegociados para permitir um alinhamento entre os fluxos de pagamentos de principal e juros com a disponibilidade e a geração de caixa da Companhia. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota

A Companhia apresenta saldo relevante de tributos Nossos procedimentos de auditoria envolveram, diferidos ativos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios.

Esse tema foi considerado como um principal

entre outros:

- . Com apoio dos nossos especialistas em tributos e em base amostral, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais, da base negativa de contribuição social e das diferencas temporárias, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.
- . Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de resultados e de lucros tributáveis.



Porque é um PAA

assunto de auditoria pois a análise de realização desses ativos envolve julgamentos significativos da administração para determinar as bases tributárias futuras, advindas das projeções de resultado da Companhia, que levam em consideração diversas premissas, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos apurados pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

bem como testamos a consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração nas projeções de resultados e de lucros tributáveis são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Processos tributários (Nota 21)

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais, incluindo diversas disputas tributárias.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, que são reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos nas diversas instâncias judiciais e da jurisprudência aplicável.

Esse tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos, especialmente no que se refere aos passivos contingentes divulgados, e por envolver julgamento significativo por parte da Administração na determinação das chances de perda.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- . Entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de provisão para processos tributários, monitoramento do andamento dos processos, bem como as divulgações em notas explicativas.
- . Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de assessores jurídicos externos da Companhia, e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração.
- . Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos tributários.
- . Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para constituição da provisão ou divulgação em notas explicativas, e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para processos tributários, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 7)

A Companhia registrou, no exercício, crédito fiscal decorrente de processo judicial transitado em julgado relativo ao direito de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, para os períodos cobertos pela ação.

Este assunto foi foco de nossa auditoria em razão da Com o apoio de nossos especialistas tributários, relevância do valor envolvido, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento significativo da administração na determinação das estimativas relacionadas à mensuração e à realização do crédito tributário, amparada por opinião de assessores jurídicos.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria. obtivemos o entendimento do andamento do processo mediante discussões com o departamento jurídico e a administração da Companhia, e inspeção das decisões relacionadas aos processos.

efetuamos leitura da decisão e discussão com a administração e seus assessores jurídicos para avaliação dos critérios adotados pela Companhia para o reconhecimento do crédito.

Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes.

Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial.

Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário e consequente segregação entre as parcelas de curto e longo prazo.



| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|-----------------|---|
| | Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos. |
| Outros assuntos | |

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 26 de março de 2020, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho



realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e
 consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as
 correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5

Balanços patrimoniais (Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consoli | dado |
|--|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| ATIVO | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) | 13.623 | 11.545 | 13.851 | 13.237 |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 4) | 7.021 | 5.093 | 7.021 | 5.271 |
| Contas a receber de clientes (Nota 5) | 141.689 | 175.842 | 142.608 | 175.981 |
| Estoques (Nota 6) | 91.112 | 54.484 | 91.112 | 54.484 |
| Tributos a recuperar (Nota 7) | 5.807 | 5.048 | 7.673 | 7.327 |
| Despesas antecipadas | 2.162 | 1.334 | 2.162 | 1.334 |
| Outros ativos (Nota 8) | 17.613 | 12.560 | 18.419 | 12.560 |
| Total do ativo circulante | 279.027 | 265.906 | 282.846 | 270.194 |
| Não Circulante Realizável a longo prazo | | | | |
| Títulos e valores mobiliários (Nota 4) | 2.942 | 2.531 | 2.942 | 2.531 |
| Tributos a recuperar (Nota 7) | 356 | 364 | 356 | 364 |
| Partes relacionadas (Nota 9) | 5.441 | 3.626 | - | - |
| Tributos diferidos (Nota 18) | 75.940 | 75.892 | 75.940 | 75.892 |
| Depósitos judiciais (Nota 21.4) | 22.813 | 23.950 | 23.027 | 24.135 |
| Outros ativos (Nota 8) | 8.022 | 6.707 | 9.378 | 8.031 |
| | 115.514 | 113.070 | 111.643 | 110.953 |
| Investimentos (Nota 10) | 153.036 | 154.421 | _ | - |
| Imobilizado (Nota 12) | 104.121 | 99.630 | 269.104 | 267.475 |
| Direito de uso (Nota 11) | 8.435 | 8.125 | 3.257 | 3.242 |
| Intangível (Nota 13) | 8.040 | 5.670 | 8.097 | 5.729 |
| Total do ativo não circulante | 389.146 | 380.916 | 392.101 | 387.399 |
| Total do ativo | 668.173 | 646.822 | 674.947 | 657.593 |

Balanços patrimoniais (Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------------|-------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| PASSIVO | | | | |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores (Nota 14) | 170.637 | 110.380 | 172.008 | 111.665 |
| Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 15) | 22.989 | 21.143 | 23.430 | 21.513 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | 219.908 | 257.164 | 219.908 | 257.202 |
| Passivos de arrendamentos (Nota 11) | 4.008 | 3.952 | 2.811 | 2.095 |
| Obrigações tributárias a recolher (Nota 17) | 42.662 | 51.559 | 44.006 | 52.823 |
| Provisões diversas (Nota 19) | 9.685 | 12.766 | 9.977 | 13.061 |
| Partes relacionadas (Nota 9) | 6.928 | - | 6.928 | - |
| Outros passivos (Nota 20) | 10.533 | 12.064 | 10.533 | 11.670 |
| Total do passivo circulante | 487.350 | 469.028 | 489.601 | 470.029 |
| Não Circulante | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | 48.438 | 62.986 | 48.438 | 62.986 |
| Passivos de arrendamentos (Nota 11) | 4.494 | 4.324 | 513 | 1.297 |
| Obrigações tributárias a recolher (Nota 17) | 167.852 | 182.282 | 167.852 | 182.282 |
| Partes relacionadas (Nota 9) | 51.872 | 60.953 | 16.963 | 28.904 |
| Tributos diferidos (Nota 18) | - | - | 43.054 | 44.443 |
| Provisões diversas (Nota 19) | 72.400 | 68.491 | 72.400 | 68.491 |
| Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 21) | 80.428 | 83.388 | 80.787 | 83.791 |
| Outros passivos (Nota 20) | 500 | 487 | 500 | 487 |
| | 425.984 | 462.911 | 430.507 | 472.681 |
| Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Nota 22) | | | | |
| Capital social | 879.785 | 879.785 | 879.785 | 879.785 |
| Reservas de capital | 6.745 | 6.745 | 6.745 | 6.745 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 83.850 | 86.639 | 83.850 | 86.639 |
| Prejuízos acumulados | (1.215.541) | (1.258.286) | (1.215.541) | (1.258.286 |
| Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto) | (245.161) | (285.117) | (245.161) | (285.117 |
| otal do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto) | 668,173 | 646.822 | 674.947 | 657.593 |

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| _ | Controlado | ra | Consolidado | | |
|--|-------------------|------------|-------------|------------|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Receita líquida de vendas (Nota 24) | 1.153.018 | 1.058.312 | 1.153.013 | 1.059.746 | |
| Custo dos produtos vendidos (Nota 25) | (722.457) | (646.941) | (722.344) | (648.719) | |
| Lucro bruto | 430.561 | 411.371 | 430.669 | 411.027 | |
| Despesas / Receitas Operacionais | (300.090) | (347.636) | (302.333) | (350.038) | |
| Despesa com vendas (Nota 25) | (234.318) | (223.024) | (235.389) | (224.192) | |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 25) | (85.269) | (85.924) | (86.785) | (87.284) | |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (Nota 26) | 20.882 | (37.817) | 19.841 | (38.562) | |
| Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.2) | (1.385) | (871) | - | | |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | 130.471 | 63.735 | 128.336 | 60.989 | |
| Receitas financeiras | 9.795 | 1.425 | 9.831 | 1.785 | |
| Despesas financeiras | (86.851) | (108.217) | (85.916) | (107.231) | |
| Resultado financeiro (Nota 27) | (77.056) | (106.792) | (76.085) | (105.446) | |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 53.415 | (43.057) | 52.251 | (44.457) | |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| Corrente | (13.507) | 2.496 | (13.731) | 2.496 | |
| Diferido | ` 48 [°] | 74 | 1.436 | 1.474 | |
| Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Nota 18) | (13.459) | 2.570 | (12.295) | 3.970 | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 39.956 | (40.487) | 39.956 | (40.487) | |
| Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Básico | 0,15338 | (0,15541) | 0,15338 | (0,15541) | |
| Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Diluído | 0,15338 | (0,15541) | 0,15338 | (0,15541) | |

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Controlador | ra | Consolidade | 0 |
|---------------------------------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Lucro líquido (Prejuízo) do exercício | 39.956 | (40.487) | 39.956 | (40.487) |
| Resultado abrangente do exercício | 39.956 | (40.487) | 39.956 | (40.487) |

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota explicativa | Capital Social | Reserva de capital | Ajustes de avaliação patrimonial | Debêntures conversíveis em ações | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---------------------|-------------------|-----------------------|--|--|-------------------------|--------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 22 | 795.142 | 28.627 | 89.501 | 66.002 | (1.220.661) | (241.389) |
| Prejuízo líquido do exercício Ajustes de avaliação patrimonial | | - | - | - | - | (40.487) | (40.487) |
| Custo atribuído e reserva de reavaliação Conversão de debêntures | 22 | - 84.643 | - (21.882) | (2.862) | - (66.002) | 2.862 - | - (3.241) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 22 | 879.785 | 6.745 | 86.639 | - | (1.258.286) | (285.117) |
| Lucro líquido do exercício Ajustes de avaliação patrimonial | | - | - | - | - | 39.956 | 39.956 - |
| Custo atribuído e reserva de reavaliação | | - | - | (2.789) | - | 2.789 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 22 | 879.785 | 6.745 | 83.850 | - | (1.215.541) | (245.161) |

Demonstrações dos fluxos de caixa — Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | Controladora | Consolidado | Consolidado |
|---|--------------|--------------|-------------|-------------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 39.956 | (40.497) | 39.956 | (40.497) |
| Lucro líquido (Prejuízo) do exercício Ajustes para conciliar o lucro/(prejuízo) do exercício ao caixa oriundo das | 39.956 | (40.487) | 39.956 | (40.487) |
| atividades operacionais: | | | | |
| | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (48) | (74) | (1.436) | (1.474) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 13.507 | (2.496) | 13.731 | (2.496) |
| Depreciação e amortização | 16.200 | 21.027 | 19.441 | 24.360 |
| Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas | (249) | (910) | (249) | (510) |
| Provisão (reversão) de estoques | (474) | (3.908) | (474) | (3.908) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos | 71.325 | 92.400 | 70.386 | 91.393 |
| Ajuste a valor presente líquido | (181) | (34) | (180) | (33) |
| Equivalência patrimonial | 1.385 | 871 | | - |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 12.277 | 29.321 | 12.316 | 29.570 |
| Provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado | (245) | 4.911 | (121) | 4.739 |
| Baixa de intangível | - | 5.193 | - | 5.193 |
| Perda na alienação, líquido de baixa do ativo imobilizado | 486 | 578 | 358 | 670 |
| Lucro líquido (Prejuízo) do exercício ajustado | 153.938 | 106.392 | 153.728 | 107.017 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | | |
| Contas a receber | 34.658 | (22.485) | 33.879 | (22.528) |
| Estoques | (36.154) | 27.516 | (36.154) | 27.516 |
| Despesas antecipadas | (828) | 908 | (828) | 908 |
| Partes relacionadas | (1.815) | (2.059) | - | - |
| Tributos a recuperar | (751) | 2.318 | (338) | 555 |
| Depósitos judiciais | 1.137 | (13.515) | 1.108 | (13.545) |
| Outros ativos | (6.368) | 2.466 | (7.206) | 2.398 |
| Variação nos ativos operacionais | (10.121) | (4.851) | (9.539) | (4.696) |
| | | | | |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | 00.400 | (4.4.000) | 00.000 | (40.707) |
| Fornecedores | 60.182 | (14.869) | 60.266 | (13.707) |
| Salários, férias e encargos sociais | 1.846 | 2.176 | 1.917 | 2.546 |
| Tributos a recolher | (36.834) | (14.163) | (36.978) | (15.518) |
| Partes relacionadas | (2.153) | 13.326 | (5.013) | 1.192 |
| Riscos e processos judiciais (pagamentos) | (15.237) | (13.864) | (15.320) | (14.473) 3.176 |
| Outros passivos | (690) | 3.276 | (299) | |
| Variação nos passivos operacionais | 7.115 | (24.118) | 4.573 | (36.784) |
| Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais | 150.932 | 77.423 | 148.762 | 65.537 |
| Chive de saive des etividades de investimente | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento Aquisição de imobilizado | (17.566) | (7.640) | (18.061) | (8.340) |
| · | (5.491) | (1.299) | (5.491) | (1.299) |
| Aquisição de ativo intangível Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários | (2.339) | (924) | (2.161) | 8.833 |
| Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de | (2.339) | (324) | (2.101) | 0.000 |
| investimento | (25.396) | (9.863) | (25.713) | (806) |
| | (20.000) | (0.000) | (2011 10) | (555) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | 1.445.543 | 1.774.096 | 1.445.543 | 1.774.096 |
| Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | (1.520.946) | (1.780.243) | (1.519.923) | (1.777.474) |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos | (48.056) | (62.034) | (48.056) | (62.034) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento | (123.458) | (68.181) | (122.435) | (65.412) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 2.078 | (621) | 614 | (681) |
| | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 11.545 | 12.166 | 13.237 | 13.918 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 13.623 | 11.545 | 13.851 | 13.237 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 2.078 | (621) | 614 | (681) |

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Receitas | | | | | |
| Venda de mercadorias, produtos e serviços | 1.584.880 | 1.474.187 | 1.585.002 | 1.475.758 | |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | 27 | 3.007 | 27 | 2.608 | |
| Outras receitas operacionais | 27.392 | 6.439 | 27.452 | 6.473 | |
| , | 1.612.299 | 1.483.633 | 1.612.481 | 1.484.839 | |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | | |
| Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços | (555.010) | (506.513) | (552.053) | (506.513) | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (283.818) | (278.061) | (284.796) | (278.895) | |
| Perda e recuperação de valores ativos | 235 | (10.104) | (490) | (9.932) | |
| . , | (838.593) | (794.678) | (837.339) | (795.340) | |
| Valor adicionado bruto | 773.706 | 688.955 | 775.142 | 689.499 | |
| Depreciação e amortização | (19.498) | (21.027) | (22.533) | (24.360) | |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 754.208 | 667.928 | 752.609 | 665.139 | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (1.385) | (870) | _ | _ | |
| Receitas financeiras | 9.792 | 1.415 | 9.822 | 1.775 | |
| receitas intariceitas | 8.407 | 545 | 9.822 | 1.775 | |
| Valor adicionado total a distribuir | 762.615 | 668.473 | 762.431 | 666.914 | |
| Distribuição do valor adicionado | | | | | |
| Pessoal e encargos: | | | | | |
| Remuneração direta | 103.161 | 101.529 | 104.260 | 101.906 | |
| Benefícios | 37.385 | 34.835 | 37.639 | 34.948 | |
| FGTS | 8.364 | 10.205 | 8.458 | 10.245 | |
| | 148.910 | 146.569 | 150.357 | 147.099 | |
| Impostos, taxas e contribuições: | | | | | |
| Federais | 221.962 | 198.048 | 221.228 | 196.921 | |
| Estaduais | 251.646 | 245.003 | 251.646 | 245.003 | |
| Municipais | 2.442 | 2.504 | 2.468 | 2.541 | |
| | 476.050 | 445.555 | 475.342 | 444.465 | |
| Remuneração de capital de terceiros: | | | | | |
| Juros | 51.350 | 59.371 | 50.332 | 58.248 | |
| Aluguéis | 11.066 | 10.441 | 11.077 | 10.441 | |
| Outras | 35.283 | 47.024 | 35.367 | 47.148 | |
| | 97.699 | 116.836 | 96.776 | 115.837 | |
| Remuneração de capital próprio: | 20.056 | (40.497) | 20.056 | (40.497) | |
| Prejuízos retidos | 39.956 | (40.487) | 39.956 | (40.487) | |
| | 762.615 | 668.473 | 762.431 | 666.914 | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bombril S.A. ("Bombril", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto inscrita perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e listada na B3 S/A - Brasil, Bolsa e Balcão, cujas ações são negociadas sob o código BOBR4, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

A Companhia e suas controladas (doravante o "Grupo") têm como principal negócio a produção e comercialização de produtos de higiene e limpeza para consumo doméstico e industrial.

A Bombril é controladora direta e indiretamente das seguintes empresas:

- Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Brilmaq");
- Bril Cosméticos S.A. ("Bril");
- Bril Store Comércio Digital Ltda. ("Bril Store"); e
- BB Logística Ltda. ("BBlog").

Reorganização societária

Em 27 de setembro de 2019, a Companhia concluiu o plano de reestruturação societária aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2017, divulgado nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019 e de 2018, cujos objetivos foram a racionalização e simplificação de processos, redução de custos e gestão eficiente da estrutura societária do Grupo.

Aquisições

Em 2019, foi efetivada a compra da totalidade das quotas do capital social da BB Logística Ltda. ("BBLog") pela controlada Brilmaq. A compra, que não impactou o caixa da adquirente, foi concluída após procedimentos de avaliação contábil-financeira e período de transição da operação.

A BBLog atua no fornecimento de serviço de transporte rodoviário de cargas, sendo a responsável pela estrutura de frete da Companhia desde 2016.

COVID-19

A Administração implementou políticas e ações internas relacionadas a situação da pandemia do coronavírus – COVID 19, evento com reflexos em escala global.

A Companhia instituiu um Comitê de Crise formado pelos principais executivos, responsável pela função de monitoramento, análise de cenários, definição e implementação de medidas preventivas e de ocorrência (Planos de Contingência), tais como: protocolo para prevenção e ocorrências, revisão das medidas de limpeza e procedimentos, cancelamento de eventos internos e viagens, suspensão de visitas de fornecedores, kits limpeza e triagem nas entradas, fechamento de áreas de convivência, incentivo a descanso em área externa, revisão de escala (entre turnos), foco na higienização de áreas críticas, intensificação de limpeza em outros ambientes, práticas de home office e reuniões remoto, suspensão de treinamentos, controle e monitoramento de casos suspeitos,

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antecipação de compras de fornecedores, dentre outras ações. Os objetivos desse Comitê são assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, assim como garantir a continuidade de nossas operações, para manter nosso compromisso de continuar a fornecer produtos de higiene e limpeza, considerados itens essenciais para prevenção e contenção da disseminação do vírus. Até o momento, não identificamos impactos relevantes nas nossas operações.

A Companhia também retomou a produção de álcool em gel, doando os primeiros lotes de produção aos funcionários e entidades beneficentes, como casa de idosos e Corpo de Bombeiros. Em seguida o álcool em gel será disponibilizado à venda para nossos clientes, agregando ao nosso portfólio como mais um item e que deve fazer parte de nosso cotidiano a partir desse momento.

Importante destacar que, mesmo diante da Pandemia, não foi necessário reduzir salários e benefícios aos empregados, bem como até o momento não há qualquer atraso em pagamentos aos fornecedores, credores ou prestadores de serviços.

A Companhia optou pela adesão aos benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual referentes a prorrogação de prazo de pagamento dos impostos e contribuições previdenciárias.

A Administração realizou análises das principais estimativas contábeis, incluindo a realização dos ativos fixos, recebíveis de clientes e estoques, e os resultados das estimativas indicam, até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, que não é necessário reconhecer provisões para perdas adicionais às já reconhecidas no curso normal dos negócios. A Administração continua acompanhando as suas operações e monitorando, tempestivamente, as suas estimativas e eventuais efeitos da COVID-19.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de recuperação da lucratividade

A Companhia vem apresentando volume de vendas de acordo com as métricas do negócio, sendo que, neste último ano, destaque se faz à implementação integral da nova tabela de preços, de modo a também equalizar os preços frente ao aumento do dólar, que elevou os custos diretamente atrelados aos insumos de produção. A visão estratégica da Companhia continua focada em estar cada vez mais próxima dos clientes, como também oferecendo produtos cuja qualidade seja percebida e valorizada, sustentada pelo importante processo de inovação.

A busca pela captura de oportunidades de eficiência industrial, com foco em melhoria do OEE (Eficiência Geral de Equipamento industrial) permanece sendo um dos principais objetivos. Outro objetivo constantemente perseguido é a melhoria do nível de atendimento ao cliente, o qual tem sido percebido por nossos parceiros e corroborado pelos controlados níveis de devolução.

A Companhia tem continuado o processo de revisão das estratégias de categorias e reposicionamento de preços. A Bombril também investiu em inovações, como a nova fragrância de detergente líquido e lenços umedecidos, contribuindo para o aumento de receita bruta (em relação a 2019), assim como também em ações e campanhas promocionais junto aos clientes.

A Companhia continua sendo apoiada por consultoria especializada em transformação de áreas de negócio, visando acelerar a implantação de melhorias com foco em crescimento consistente de receita. Ainda com relação à estruturação do negócio, nossa presença de mercado e capilaridade na distribuição foi reforçada pela contratação de novos distribuidores regionais, visando cobrir áreas com potencial de crescimento, além do fortalecimento da parceria com os atuais distribuidores. Em conjunto com este movimento, implementamos em 2020 nova estratégia e estrutura de promotores de vendas, o qual reforçará nossa efetividade no ponto de venda, configurando-se como uma importante ferramenta de alavanca comercial para atingimento de nossas metas.

Alinhados aos objetivos estratégicos, mesmo com a ocorrência da Pandemia, a Companhia permanece reduzindo as despesas operacionais, amortizando os compromissos de financiamentos e parcelamentos fiscais dentro dos prazos e alavancando oportunidades comerciais e tributárias, bem como continua renegociando empréstimos e financiamentos para permitir um alinhamento entre os fluxos de pagamento entre principal e juros com a disponibilidade e a geração de caixa.

Essas ações têm produzido melhor liquidez corrente e situação de caixa mais favorável, possibilitando outras oportunidades de investimentos.

Embora a Companhia apresente prejuízo acumulado de R\$ 1.215.541 (R\$ 1.258.286 em 31 de dezembro de 2019), e passivo a descoberto no valor de R\$ 245.161 (R\$ 285.117 em 31 de dezembro de 2019), a Administração considera que, as principais ações acima mencionadas, refletem a capacidade da Companhia manter a perspectiva de crescimento sustentável dos resultados e a adequada continuidade das suas operações.

Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de março de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade, base de preparação e relevância.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (doravante "demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia considerou as orientações técnicas da OCPC 07, emitida pelo CPC em 2014, com o objetivo de divulgar somente informações relevantes sem que os requisitos mínimos deixem de ser atendidos na preparação das demonstrações financeiras, e tais correspondem ao que é relevante e utilizado na gestão dos negócios da Companhia e de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram mensuradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia realize julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas e contas afetadas por julgamentos e premissas relevantes são:

- (i) Perdas estimadas em crédito de contas a receber Nota 5;
- (ii) Mensuração da vida útil dos bens do ativo imobilizado Nota 12:
- (iii) Avaliação de ajuste ao valor recuperável de ativos e intangível Notas 12 e 13;
- (iv) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos Nota 18;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (v) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 21;
- (vi) Determinação das devoluções, cancelamentos e abatimentos que impactam o reconhecimento da receita de vendas Nota 24.

2.4. Políticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente de 2020 e são consistentes com aquelas utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício anterior, divulgadas em 27 de março de 2020, as quais, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados para a Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas abaixo, sendo 100% a participação direta e indireta da Companhia:

| | | | Participação (%) | | | _ |
|---|--------|--------|------------------|--------|----------|--|
| | | 31/1 | 2/2020 | 31/12 | 2/2019 | |
| Controladas | Sede | Direta | Indireta | Direta | Indireta | Atividade |
| Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. | Brasil | 100% | - | 100% | - | Compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios. |
| Bril Cosméticos S.A. | Brasil | - | 100% | - | 100% | Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal |
| Bril Store Comércio Digital Ltda. (a) | Brasil | 99,99% | 0,01% | 99,99% | 0,01% | Comércio de produtos nos segmentos de limpeza e cosméticos, principalmente, mediante a utilização de meios eletrônico. |
| BB Logística Ltda.(b) | Brasil | - | 100% | - | - | Fornecimento de serviço de transporte rodoviário de cargas |

- (a) A Bril Store Comércio Digital Ltda. não possui operações ativas.
- (b) Subsidiária adquirida em 2019 (Nota 10)

2.5. Novas normas e alterações

A Administração da Companhia acompanha e avalia os projetos de alteração de normas do International Accounting Standards Board – IASB com o objetivo de se planejar em termos de processo, sistemas e divulgação de impactos.

A partir de 1º. de janeiro de 2020, entraram em vigor alterações das seguintes normas:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros"
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos"

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que estas alterações não trouxeram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Além disso, a Administração da Companhia decidiu não adotar antecipadamente outras normas, interpretações ou orientações que tenham sido emitidas com tal disposição, mas ainda não vigentes e obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata, registradas em montantes similares aos valores de mercado. Os equivalentes de caixa são mensurados a valor justo por meio do resultado.

| | Controlad | lora | Consolid | ado |
|------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Caixa e bancos | 11.549 | 7.547 | 11.721 | 8.974 |
| Aplicações financeiras | 2.074 | 3.998 | 2.130 | 4.263 |
| Total | 13.623 | 11.545 | 13.851 | 13.237 |

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações de renda fixa e títulos privados, com rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sendo remuneradas entre 96% a 105% dessa variação (96% a 105% em 31 de dezembro de 2019) com o objetivo de utilização nas operações de curto prazo. Além disso, inexistem multas ou quaisquer outras restrições para o resgate imediato, que pode ser efetuado com baixo risco de mudanca de seu valor de mercado.

4. Títulos e valores mobiliários

Compreende operações compromissadas de curto prazo e liquidez imediata, registradas em montantes similares aos valores de mercado.

| | Controlad | lora | Consolid | ado |
|--------------------------|------------|------------|------------|------------|
| _ | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Operações compromissadas | 9.963 | 7.624 | 9.963 | 7.802 |
| Total | 9.963 | 7.624 | 9.963 | 7.802 |
| Circulante | 7.021 | 5.093 | 7.021 | 5.271 |
| Não Circulante | 2.942 | 2.531 | 2.942 | 2.531 |

As operações compromissadas estão vinculadas a operações passivas da Companhia relativas à compra de energia elétrica, garantia de capital de giro e fornecimento de matéria-prima. Essas aplicações financeiras são remuneradas substancialmente à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) com base em 96% a 105% dessa variação (96% a 105% em 31 de dezembro de 2019) e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações em 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias. Quando representadas por vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia.

| | Controlad | ora | Consolic | lado |
|---|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Contas a receber de clientes (a) | 149.383 | 188.059 | 151.223 | 193.683 |
| (-) Ajuste a valor presente(-) Provisão para perdas de crédito | (145) | (401) | (145) | (401) |
| esperadas (b) | (7.549) | (11.816) | (8.470) | (17.301) |
| | 141.689 | 175.842 | 142.608 | 175.981 |

- (a) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de duplicatas dado como garantia de operações de crédito é de R\$39.560 (R\$32.576 em dezembro de 2019).
- (b) A perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos e foi constituída com base na análise individual dos créditos, incluindo a avaliação de risco de crédito para cada faixa de valor vencido, classificação de risco do cliente e o histórico de perdas. Nos casos de inadimplência, a Companhia e suas controladas adotam o procedimento de cobrança direta junto aos clientes, terceirização da cobrança e, em alguns casos, cobrança judicial. Quando vencidos tais créditos acima de 5 anos ou esgotadas todas possibilidades de recuperação, são baixados do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida das provisões para perdas de crédito esperadas. Adicionalmente, a Companhia analisou o comportamento da carteira de recebíveis e percentuais de perda estimada diante de alterações econômicas devido à COVID-19 e acredita não ser necessário realizar provisão adicional para perdas de créditos esperadas.

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

| | Contro | Controladora | | lidado |
|-------------------|------------|--------------|------------|------------|
| Período | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| A Vencer | 136.718 | 173.086 | 137.636 | 177.789 |
| De 1 a 30 dias | 4.691 | 6.187 | 4.691 | 6.187 |
| De 31 a 60 dias | 959 | 378 | 959 | 378 |
| De 61 a 90 dias | 50 | 296 | 50 | 296 |
| De 91 a 180 dias | 232 | 503 | 232 | 503 |
| Acima de 181 dias | 6.733 | 7.609 | 7.655 | 8.530 |
| Vencidos | 12.665 | 14.973 | 13.587 | 15.894 |
| | 149.383 | 188.059 | 151.223 | 193.683 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

| | Controladora | Consolidado |
|---------------------------------|--------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (14.485) | (19.570) |
| Adições | (1.282) | (1.679) |
| Reversões / (Recuperações) | 2.192 | 2.190 |
| Baixas (a) | 1.759 | 1.758 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (11.816) | (17.301) |
| Adições | (576) | (576) |
| Reversões / (Recuperações) | 825 | 825 |
| Baixas (a) | 4.018 | 8.582 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (7.549) | (8.470) |

⁽a) Referem-se a valores baixados em definitivo das contas a receber e provisões para perdas de créditos esperadas após vencidos acima de 5 (cinco) anos ou após realizados todos esforços e procedimentos de cobrança efetiva, conforme política da Companhia.

6. Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são valorizados com base no custo médio ponderado e deduzidos das provisões para perdas estimadas, além de, quando aplicável, incluírem outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. As provisões para perdas estimadas são determinadas de acordo com a política contábil da Companhia que estabelece premissas e porcentagens para operações descontinuadas, validade dos produtos, tempo de giro e perdas em inventários físicos (com base em histórico). A contrapartida da perda estimada está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

| | Controladora e consolidado | | |
|---|----------------------------|------------|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Produtos acabados (a) | 34.181 | 26.412 | |
| Restituição de devolução de clientes | 1.150 | 1.420 | |
| Produtos em elaboração | 792 | 471 | |
| Matérias-primas | 27.774 | 10.240 | |
| Materiais de embalagem | 26.378 | 16.617 | |
| Adiantamento a fornecedores de estoques | 662 | 292 | |
| Outros | 1.414 | 745 | |
| (-) Provisão para perda de estoque | (1.239) | (1.713) | |
| | 91.112 | 54.484 | |

(a) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de estoque dado como garantia de operações de crédito é de R\$9.963.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perda de estoques é demonstrada a seguir:

| | Controladora e |
|------------------------------|----------------|
| | consolidado |
| Saldo em 31 de dezembro 2019 | (1.713) |
| Reversão | 474 |
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | (1.239) |

7. Tributos a recuperar

| | Controlad | lora | Consolida | ado |
|------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 716 | 652 | 2.508 | 2.438 |
| ICMS a recuperar | 1.391 | 711 | 1.413 | 719 |
| PIS e COFINS a recuperar (a) | 4.056 | 4.049 | 4.107 | 4.534 |
| | 6.163 | 5.412 | 8.029 | 7.691 |
| Circulante | 5.807 | 5.048 | 7.673 | 7.327 |
| Não Circulante | 356 | 364 | 356 | 364 |

(a) Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia obteve trânsito em julgado na ação que questionava a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. Após a mensuração do valor de R\$27.936, tal crédito foi reconhecido contabilmente no trimestre findo em 31 de março de 2020, sendo R\$19.811 em contrapartida da rubrica de outras receitas operacionais e R\$8.125 em contrapartida da rubrica de receitas financeiras na demonstração dos resultados. O procedimento de habilitação dos referidos créditos foi realizado em abril de 2020, o qual já foi deferido pela RFB para as devidas compensações tributárias.

Além da ação mencionada acima, a Companhia ainda questiona a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS em outro processo, no montante estimado de R\$108 milhões de principal (estimativa de R\$216 milhões atualizados pela Selic), os quais estão sendo tratados como ativo contingente, portanto, não reconhecidos contabilmente no balanço, pois somente serão reconhecidos quando ocorrer o trânsito em julgado favorável à Companhia.

O saldo de 31 de dezembro de 2020 também inclui R\$1.100 (R\$1.224 em dezembro de 2019) de créditos constituídos em 2017 relativos a pagamentos a maior de PIS/COFINS efetuados no período de abril de 2016 a agosto de 2017, os quais serão utilizados após deferimento dos pedidos de compensação à RFB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros ativos

| | Controladora | | Consc | olidado |
|----------------------------------|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Adiantamento para empregados (a) | 1.905 | 996 | 1.920 | 997 |
| Precatórios (b) | 7.191 | 5.858 | 8.547 | 7.183 |
| Contas Vinculadas (c) | 15.261 | 11.264 | 15.261 | 11.264 |
| Outros (d) | 1.278 | 1.149 | 2.069 | 1.147 |
| | 25.635 | 19.267 | 27.797 | 20.591 |
| Circulante | 17.613 | 12.560 | 18.419 | 12.560 |
| Não Circulante | 8.022 | 6.707 | 9.378 | 8.031 |

- (a) Adiantamento para despesas de viagens e férias.
- (b) Suportada pelo trânsito em julgado ocorrido em fevereiro de 2017 e conclusão dos cálculos em julho de 2017, a Companhia reconheceu seu direito aos valores de adicional de imposto de renda indevidamente cobrados pelo Estado de São Paulo até 1993. Adicionalmente, reconheceu em 31 de março de 2020, precatórios de ICMS, no valor de R\$ 1.200, devido ao trânsito em julgado da ação.
- (c) As contas vinculadas são mantidas junto as instituições financeiras que a Companhia mantém relacionamento. Os saldos são movimentados com inclusões de novas garantias operacionais (duplicatas).
- (d) Inclui valor de R\$805 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.140 em 31 de dezembro de 2019) derivado de acordo de confissão de dívida com fornecedor de matéria-prima para sopro de frascos, o qual está sendo compensado das futuras contas a pagar com esse fornecedor.

9. Partes relacionadas

9.1. Ativos e passivos

As transações realizadas pela Companhia e suas partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

| | | Contro | oladora | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| | Contas a Receber | Contas a pagar | Contas a Receber | Contas a pagar |
| Bril Cosméticos S.A. (a) | - | 30.871 | - | 30.257 |
| Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (a) | 2.225 | - | 2.163 | = |
| BB Logística Ltda. | 3.215 | 4.038 | 1.463 | 1.791 |
| BHD Participações S.A. (b) | | 23.891 | - | 28.905 |
| | 5.441 | 58.800 | 3.626 | 60.953 |
| Circulante | - | 6.928 | - | - |
| Não Circulante | 5.441 | 51.872 | 3.626 | 60.953 |

- (a) Refere-se a saldo de conta corrente com a subsidiária.
- (b) Em 27 de outubro de 2017, a Companhia adquiriu créditos de prejuízo fiscal e de base negativa de sua controladora (BHD Participações S.A.), os quais foram utilizados para abatimento dos débitos fiscais da Companhia incluídos no programa de regularização tributária (PRT).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de julho de 2019, foi aprovada a repactuação do débito e assinado documento de cessão, no qual os credores BHD decidiram alterar as datas de vencimento das parcelas, passando a ser de três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento para 1º de outubro de 2020. Nesse ato, também foi aprovada a concessão da marca Mon Bijou em garantia à operação. Após junho de 2019, as remunerações foram adicionadas ao saldo do débito repactuado, nos termos do aditamento da escritura de emissão. Tais valores são apresentados na controladora e, também no consolidado, por serem transações realizadas entre a Companhia e seus acionistas controladores (Consolidado – R\$ 6.928 no circulante e R\$ 16.663 no não-circulante).

9.2. Receitas e despesas em operações comerciais, administrativas e financeiras com partes relacionadas

| | Controlac | Controladora | | |
|----------------------------|------------|--------------|--|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| Bril Cosméticos S.A. (a) | 1.342 | 1.491 | | |
| BB Logística Ltda. (b) | 2.957 | 1.416 | | |
| BHD Participações S.A. (c) | (5.013) | (1.193) | | |
| Total | (714) | 1.714 | | |

- (a) Receita financeira com contrato de aluguel.
- (b) Receita operacional da controlada BBLog Logística com a controladora.
- (c) Despesa financeira de juros com o acionista controlador.

9.3. Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (pessoal chave da Administração)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal está fixado até o limite de R\$ 8.597 para o exercício de 2020, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2020.

| | Controladora | | Consol | idado |
|------------------------------------|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Conselho de Administração e Fiscal | 2.842 | 2.931 | 2.842 | 2.931 |
| Diretoria | 2.046 | 3.074 | 2.046 | 3.074 |
| Total | 4.888 | 6.005 | 4.888 | 6.005 |

O montante pago até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 4.888 (R\$ 6.005 em 31 de dezembro de 2019), que corresponde à salários e pró-labore. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

10.1. Composição

| | Controladora | | |
|---|--------------|------------|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Ativo | | | |
| Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. | 153.036 | 154.421 | |
| Total dos investimentos | 153.036 | 154.421 | |

10.2. Movimentação

| | Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. |
|---------------------------------|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 155.292 |
| Equivalência patrimonial | (871) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 154.421 |
| Equivalência patrimonial | (1.385) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 153.036 |

Os contratos envolvendo operações comerciais com a Brilmaq estão em processo de revisão pela administração para melhoria no resultado da Controlada e consequentemente nos saldos de equivalência patrimonial da Controladora, nos exercícios sociais seguintes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.3. Principais Informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas

| Controlada direta | | | | | | | |
|---|---------|---------|----------------|-------------------------------|---|-----------------------|----------------------|
| | | | | 31/12/2020 | | | |
| | Ativo | Passivo | Capital Social | Receita Líquida | Participação direta no capital social | Patrimônio Líquido | Resultado do período |
| Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. | 155.796 | 2.760 | 30.406 | - | 100,00% | 153.036 | (1.385) |
| Controlada indireta | Ativo | Passivo | | 31/12/2020 Receita Líquida | Participação direta no | Patrimônio Líquido | Resultado do período |
| Bril Cosméticos S.A. | 400,000 | 42.200 | 74.000 | 4.040 | capital social | | · |
| Bril Cosmeticos S.A. | 196.888 | 43.260 | 74.639 | 1.218 | 100,00% | 153.628 | (1.175) |
| | | | | 31/12/2020 | | | |
| | Ativo | Passivo | Capital Social | Receita Líquida | Participação direta no capital social | Patrimônio Líquido | Resultado do período |
| BB Logística Ltda. (i) | 3.600 | 3.064 | 30 | 89.784 | 100,00% | 536 | (166) |

⁽i) A BB Logística Ltda. foi adquirida pela Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. em 30 de agosto de 2019, conforme descrito na Nota 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Direito de uso e Passivo de arrendamentos

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa nominal incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direito de uso são mensurados por valor igual aos passivos de arrendamento.

Os contratos com prazo remanescente igual ou inferior a 12 meses e de valor contratual imaterial, a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. As taxas utilizadas pela Companhia são, próximas, o custo médio ponderado de capital (Nota 16).

As movimentações do direito de uso e dos passivos arrendados no período estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.1. Composição e movimentação dos direitos de uso

As movimentações do direito de uso e dos passivos arrendados no exercício foram como segue:

| | | Maquinas e | | |
|---------------------------------|---------|--------------|----------|---------|
| movimentação controladora | Imóveis | equipamentos | Veículos | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 1.710 | 3.501 | 2.914 | 8.125 |
| Adições | 199 | 3.112 | 917 | 4.228 |
| Depreciação | (95) | (1.363) | (1.891) | (3.349) |
| Baixas | - | - | (569) | (569) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.814 | 5.250 | 1.371 | 8.435 |

| | Máquinas e | | |
|---------------------------------|--------------|----------|---------|
| movimentação consolidado | equipamentos | Veículos | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 328 | 2.914 | 3.242 |
| Adições | 2.785 | 917 | 3.702 |
| Depreciação | (1.227) | (1.891) | (3.118) |
| Baixas | - · | (569) | (569) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.886 | 1.371 | 3.257 |

A Bombril S/A possui contrato vigente de arrendamento de Edifícios e Máquinas junto a subsidiária Bril Cosméticos.

11.2. Composição e movimentação sumária dos passivos de arrendamentos

| | Controladora | | Consolidado | | | |
|-------------------------|----------------------------|------------------|---|---------|--|--|
| | Passivo circulante Passivo | o não circulante | Passivo circulante Passivo não circulante | | | |
| 31 de dezembro de 2019 | 3.952 | 4.324 | 2.095 | 1.297 | | |
| Juros | 1.586 | - | 804 | - | | |
| Pagamentos | (5.065) | - | (3.242) | - | | |
| Adições/ baixas | 637 | 3.068 | 635 | 1.735 | | |
| Transferências (PC/PnC) | 2.898 | (2.898) | 2.519 | (2.519) | | |
| 31 de dezembro de 2020 | 4.008 | 4.494 | 2.811 | 513 | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Saldos reconhecidos na demonstração de resultado

| | Control | adora | Consolidado | | | |
|---|---------|---------|-------------|---------|--|--|
| Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | | |
| Edificações | (95) | (64) | - | - | | |
| Equipamentos | (1.363) | (756) | (1.227) | (635) | | |
| Veículos | (1.891) | (1.749) | (1.891) | (1.749) | | |
| · | (3.349) | (2.569) | (3.118) | (2.384) | | |
| Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras | (1.586) | (1.817) | (804) | (1.097) | | |

11.4. Maturidade dos contratos

| Vencimento das prestações | Control | adora | Consolidado | | |
|-------------------------------|----------|----------|-------------|-------|--|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | |
| Menos de 1 ano | 4.481 | 4.664 | 3.386 | 2.472 | |
| Entre 1 e 2 anos | 1.634 | 2.085 | 548 | 1.530 | |
| Entre 2 e 5 anos | 5.076 | 986 | 228 | - | |
| Acima de 5 anos | 8.777 | 12.365 | - | | |
| Valores não descontados | 19.968 | 20.100 | 4.162 | 4.003 | |
| Juros embutidos (à apropriar) | (11.466) | (11.824) | (838) | (611) | |
| Saldo em 31 de dezembro | 8.502 | 8.276 | 3.324 | 3.392 | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

São reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada. A vida útil dos ativos é revisada a cada exercício social e ajustada, se necessário.

12.1. Composição do imobilizado

| | | Control | ladora | Consolidado | | | |
|--------------------------------------|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--|--|
| | Vida útil (anos) | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| | _ | Valor Líquido | Valor Líquido | Valor Líquido | Valor Líquido | | |
| Terrenos | - | - | - | 94.192 | 94.192 | | |
| Edifícios | 60 | 190 | 194 | 57.259 | 58.448 | | |
| Instalações (a) | 10 a 25 | 14.353 | 13.023 | 14.609 | 13.032 | | |
| Máquinas e equipamentos | 5 a 40 | 59.850 | 61.983 | 74.290 | 78.081 | | |
| Móveis e utensílios | 5 a 25 | 1.727 | 1.829 | 1.756 | 1.836 | | |
| Veículos | 10 a 15 | 6 | 19 | 6 | 18 | | |
| Equipamento processamento de dados | 3 a 20 | 774 | 1.148 | 774 | 1.148 | | |
| Imobilizações em andamento (a) | - | 8.418 | 1.752 | 8.418 | 1.919 | | |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 12 a 25 | 31.478 | 32.482 | 31.478 | 32.483 | | |
| Outros bens | 3 a 5 | 443 | 563 | 443 | 563 | | |
| (-) Perda ao Valor Recuperável (b) | - | (13.118) | (13.363) | (14.121) | (14.245) | | |
| Total | _ | 104.121 | 99.630 | 269.104 | 267.475 | | |

- (a) O saldo de imobilizações em andamento e instalações refere-se, principalmente a investimentos em máquinas, equipamentos e sistemas nas operações da Companhia.
- (b) A Companhia, anualmente, avalia indicadores do valor recuperável dos seus ativos, que se constituem principalmente edificações e máquinas e equipamentos. Estes itens são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado, conforme indicação do CPC01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em dezembro de 2020, a Companhia identificou, após estudo anual, ativos de máquinas e equipamentos com produtividade abaixo da capacidade normal, no valor total de R\$ 13.118 (R\$ 14.121 no Consolidado). A redução, em relação ao ano anterior, é relativa a volta operacional de equipamentos industriais que estavam em estado inoperante. Dessa forma, a Companhia realizou a reversão de provisão para o ajuste ao valor recuperável no montante de R\$ 245 (R\$ 124 no Consolidado) registrado na rubrica de outras despesas operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Movimentação da Controladora

| Custo | Edifícios | Instalações | Máquinas e Equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | Equipamento de processamento de dados | Imobilizado em andamento | Benfeitorias em imóveis de terceiros | Outros bens | Total |
|---------------------------------------|-----------|-------------|----------------------------|------------------------|----------|--|--------------------------|--|-------------|---------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 313 | 29.669 | 174.201 | 4.599 | 663 | 6.714 | 527 | 49.342 | 524 | 266.552 |
| Adições | - | 2.582 | 1.796 | 134 | - | 572 | 1.225 | 813 | 518 | 7.640 |
| Baixas | - | (352) | (490) | (2) | (67) | (1) | - | (56) | - | (968) |
| Provisão para perda valor recuperável | | - | (4.911) | - | - | - | - | - | - | (4.911) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 313 | 31.899 | 170.596 | 4.731 | 596 | 7.285 | 1.752 | 50.099 | 1.042 | 268.313 |
| Adições | - | 3.509 | 5.661 | 129 | - | 87 | 6.688 | 1.476 | 16 | 17.566 |
| Baixas | - | (184) | (37) | (11) | - | - | (22) | (9) | (9) | (272) |
| Provisão para perda valor recuperável | | - | 245 | - | - | - | - | - | | 245 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 313 | 35.224 | 176.465 | 4.849 | 596 | 7.372 | 8.418 | 51.566 | 1.049 | 285.852 |

| | | | | | | Equipamento de | | Benfeitorias | | |
|-----------------------------------|-----------|-------------|----------------------------|------------------------|----------|---------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------|-----------|
| Depreciação acumulada | Edifícios | Instalações | Máquinas e Equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | processamento de dados | Imobilizado em andamento | em imóveis de terceiros (| Outros bens | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (115) | (16.580) | (112.175) | (2.682) | (601) | (5.655) | - | (15.402) | (402) | (153.612) |
| Adições | (4) | (2.327) | (10.089) | (222) | (43) | (482) | - | (2.217) | (77) | (15.461) |
| Baixas | | 31 | 288 | 2 | 67 | - | - | 2 | - | 390 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (119) | (18.876) | (121.976) | (2.902) | (577) | (6.137) | - | (17.617) | (479) | (168.683) |
| Adições | (3) | (2.010) | (7.761) | (229) | (13) | (461) | - | (2.471) | (131) | (13.079) |
| Baixas | | 15 | 4 | 8 | - | - | - | - | 4 | 31 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (122) | (20.871) | (129.733) | (3.123) | (590) | (6.598) | - | (20.088) | (606) | (181.731) |
| Saldo líquido em dezembro de 2018 | 198 | 13.089 | 62.026 | 1.917 | 62 | 1.059 | 527 | 33.940 | 122 | 112.940 |
| Saldo líquido em dezembro de 2019 | 194 | 13.023 | 48.620 | 1.829 | 19 | 1.148 | 1.752 | 32.482 | 563 | 99.630 |
| Saldo líquido em dezembro de 2020 | 191 | 14.353 | 46.732 | 1.726 | 6 | 774 | 8.418 | 31.478 | 443 | 104.121 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Movimentação do Consolidado

| | | | | Máquinas e | Móveis e | | Equipamento de processamento | lmobilizado em | Benfeitorias | | |
|---------------------------------------|---------|-----------|-------------|--------------|------------|----------|------------------------------|-------------------|--------------|-------------|---------|
| Custo | Terreno | Edifícios | Instalações | Equipamentos | utensílios | Veículos | de dados | andamento | em imóveis | Outros bens | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 94.192 | 87.624 | 35.981 | 287.110 | 8.939 | 651 | 9.432 | 527 | 49.342 | 524 | 574.322 |
| Adições | - | - | 2.581 | 2.331 | 134 | - | 571 | 1.392 | 813 | 518 | 8.340 |
| Baixas | - | - | (351) | (748) | (9) | (67) | | | (56) | - | (1.231) |
| Provisão para perda valor recuperável | | - | - | (4.739) | - | - | - | - | - | - | (4.739) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 94.192 | 87.624 | 38.211 | 283.954 | 9.064 | 584 | 10.003 | 1.919 | 50.099 | 1.042 | 576.692 |
| Adições | - | - | 3.758 | 6.051 | 153 | - | 87 | 6.520 | 1.476 | 16 | 18.061 |
| Baixas | - | - | (181) | (257) | (23) | - | - | (21) | (9) | (9) | (500) |
| Provisão para perda valor recuperável | | - | - | 124 | - | - | - | - | - | - | 124 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 94.192 | 87.624 | 41.788 | 289.872 | 9.194 | 584 | 10.090 | 8.418 | 51.566 | 1.049 | 594.377 |

| | | | | Máquinas e | Móveis e | | Equipamento de processamento | lmobilizado em | Benfeitorias | | |
|-----------------------------------|---------|-----------|-------------|--------------|------------|----------|------------------------------|-------------------|--------------|-------------|-----------|
| Depreciação Acumulada | Terreno | Edifícios | Instalações | Equipamentos | utensílios | Veículos | de dados | andamento | em imóveis | Outros bens | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | | (27.983) | (22.877) | (208.181) | (7.013) | (588) | (8.365) | - | (15.402) | (404) | (290.812) |
| Adições | - | (1.193) | (2.333) | (12.390) | (223) | (45) | (490) | - | (2.217) | (75) | (18.966) |
| Baixas | | - | 31 | 452 | 8 | 67 | - | - | 3 | - | 561 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | | (29.176) | (25.179) | (220.119) | (7.228) | (566) | (8.855) | - | (17.616) | (479) | (309.217) |
| Adições | - | (1.189) | (2.015) | (9.809) | (230) | (12) | (461) | - | (2.472) | (130) | (16.318) |
| Baixas | | - | 15 | 225 | 20 | - | - | - | - | 3 | 263 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | (30.365) | (27.179) | (229.703) | (7.438) | (578) | (9.316) | - | (20.088) | (606) | (325.272) |
| Saldo líquido em dezembro de 2018 | 94.192 | 59.641 | 13.104 | 78.929 | 1.926 | 63 | 1.067 | 527 | 33.940 | 120 | 283.510 |
| Saldo líquido em dezembro de 2019 | 94.192 | 58.448 | 13.032 | 63.835 | 1.836 | 18 | 1.148 | 1.919 | 32.483 | 563 | 267.475 |
| Saldo líquido em dezembro de 2020 | 94.192 | 57.259 | 14.609 | 60.169 | 1.756 | 6 | 774 | 8.418 | 31.478 | 443 | 269.104 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

13.1. Composição (Valor Líquido)

| | Contro | oladora | Consolidado | | |
|--------------|------------|------------|-------------|------------|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Software (a) | 8.040 | 5.670 | 8.097 | 5.729 | |
| | 8.040 | 5.670 | 8.097 | 5.729 | |

(a) A amortização dos softwares é realizada por um período de cinco anos.

13.2. Movimentação

| Controladora | | | | | |
|---------------------------------|----------|-------------|---------|--|--|
| Custo | Software | Ágio Milana | Total | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 26.917 | 5.710 | 32.627 | | |
| Adições | 1.299 | - | 1.299 | | |
| Baixas | - | (5.710) | (5.710) | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 28.216 | - | 28.216 | | |
| Adições | 5.491 | | 5.491 | | |
| Baixas | - | | - | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 33.707 | - | 33.707 | | |

| Amortização | Software Á | gio Milana | Total |
|-----------------------------------|------------|------------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (19.549) | (517) | (20.066) |
| Adições | (2.997) | 517 | (2.480) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (22.546) | - | (22.546) |
| Adições | (3.121) | | (3.121) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (25.667) | - | (25.667) |
| Saldo líquido em dezembro de 2018 | 7.368 | 5.193 | 12.561 |
| Saldo liquido em dezembro de 2016 | 1.300 | 5.195 | 12.561 |
| Saldo líquido em dezembro de 2019 | 5.670 | - | 5.670 |
| Saldo líquido em dezembro de 2020 | 8.040 | - | 8.040 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ágio decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio líquido das controladas incorporadas Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda e Milana Trade, apurado na data de aquisição, fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura. A Administração adotou a metodologia de fluxo de caixa descontado para avaliação do ativo, que considera tanto a geração de caixa, quanto os riscos envolvidos na atividade, na data base de 31 de dezembro de 2018. O período de projeção dos fluxos de caixa foi de 5 anos, e a estabilidade do fluxo de caixa da Companhia foi atingida no segundo ano de projeção, contados a partir da data de avaliação. As premissas utilizadas para determinar o valor justo incluem: projeções de fluxo de caixas com base em estimativas internas da Administração, premissas macroeconômicas e taxa de desconto calculada em conformidade com o mercado. A taxa de desconto obtida e aplicada na projeção do fluxo foi de 11,5%. Eventos ou mudanças significativas futuras relacionadas ao negócio diretamente ou questões econômicas externas podem alterar ou até mesmo potencializar a provisão para perda reconhecida.

Considerando que encerramos a fabricação e comercialização dos produtos vinculados a marca Lysoform por transferência dos direitos da marca à terceiros, a Companhia decidiu reconhecer a baixa do referido ágio em "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2019.

13.2. Movimentação

| Consolidado | | | | | |
|-----------------------------------|----------|-------------|----------|--|--|
| Custo | Software | Ágio Milana | Total | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 40.674 | 5.710 | 46.384 | | |
| Adições | 1.299 | | 1.299 | | |
| Baixas | | (5.710) | (5.710) | | |
| Saldo líquido em dezembro de 2019 | 41.973 | = | 41.973 | | |
| Adições | 5.491 | - | 5.491 | | |
| Baixas | | - | - | | |
| Saldo líquido em dezembro de 2020 | 47.464 | - | 47.464 | | |
| Amortização | Software | Ágio Milana | Total | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | (33.234) | (517) | (33.751) | | |
| Adições | (3.010) | 517 | (2.493) | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | (36.244) | - | (36.244) | | |
| Adições | (3.123) | - | (3.123) | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (39.367) | - | (39.367) | | |
| | | | | | |
| Saldo líquido em dezembro de 2018 | 7.440 | 5.193 | 12.633 | | |
| | | | | | |
| Saldo líquido em dezembro de 2019 | 5.729 | - | 5.729 | | |
| Salda líquido em dozembro do 2020 | 8.097 | _ | 8.097 | | |
| Saldo líquido em dezembro de 2020 | 6.097 | <u>-</u> | 0.097 | | |
| | | | | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

| _ | Controlado | ora | Consolidado | | |
|-------------------------------|------------|------------|-------------|------------|--|
| _ | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Matéria-prima | 137.165 | 84.498 | 138.403 | 84.501 | |
| Frete | 4.468 | 5.587 | 4.468 | 6.713 | |
| Manutenção | 9.199 | 6.220 | 9.200 | 6.250 | |
| Outros (a) | 20.070 | 14.471 | 20.203 | 14.597 | |
| (-) Ajuste a valor presente _ | (265) | (396) | (265) | (396) | |
| | 170.637 | 110.380 | 172.008 | 111.665 | |

(a) Referem-se a passivos com fornecedores diversos relacionados a paletes de operações logísticas, manutenção de tecnologia da informação, serviços de pessoal terceirizado e passivos de acordos comerciais, dentre outros.

A composição do saldo de fornecedores por vencimento é a seguinte:

| | Controladora | l | Consolidad | lo |
|-------------------|--------------|------------|------------|------------|
| Intervalo | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| A vencer (a) | 163.740 | 104.881 | 164.992 | 106.046 |
| Vencidos (b) | | | | |
| De 1 a 30 dias | 2.351 | 1.453 | 2.351 | 1.453 |
| De 31 a 60 dias | 461 | 200 | 461 | 200 |
| De 61 a 90 dias | 109 | 34 | 109 | 34 |
| De 91 a 180 dias | 241 | 46 | 241 | 46 |
| Acima de 180 dias | 3.735 | 3.766 | 3.854 | 3.886 |
| _ | 170.637 | 110.380 | 172.008 | 111.665 |

⁽a) A Companhia aumentou o prazo médio de pagamento com fornecedores. A concentração do valor de Contas à pagar está em insumos para Lã de Aço, Resinas, Embalagens e Fragrâncias, pois estas categorias operam com maior prazo de pagamento.

⁽b) Tratam-se de valores em negociação com fornecedores, com os quais a Companhia está buscando melhores soluções e acordos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações sociais e trabalhistas

| | Controla | dora | Consolidado | | |
|--|------------|------------|-------------|------------|--|
| <u> </u> | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | |
| Provisão de férias e encargos | 13.692 | 12.794 | 13.698 | 12.801 | |
| Encargos sociais a pagar | 3.355 | 3.386 | 3.791 | 3.749 | |
| Participação nos lucros e resultados (a) | 4.692 | 4.073 | 4.692 | 4.073 | |
| Outras provisões | 1.249 | 890 | 1.249 | 890 | |
| Total | 22.989 | 21.143 | 23.430 | 21.513 | |

⁽a) A Companhia estabelece metas quantitativas e qualitativas de desempenho da operação. As premissas são suportadas por crescimento dos negócios e desempenho profissional dos funcionários.

16. Empréstimos e financiamentos

16.1. Composição

| | | | | adora | Consoli | dado |
|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | Encargos % | Vencimento | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Em moeda local: | | | | | | |
| Financiamento de máquinas e | | | | | | |
| equipamentos | 1,60 a.m. | dez/2022 | 11.050 | 3.245 | 1.337 | 3.283 |
| Capital de giro | 1,22 a.m. | dez/2023 | 132.456 | 126.295 | 142.169 | 126.295 |
| Debêntures não conversíveis | 2,00 a.m. | ago/2022 | 37.892 | 38.808 | 37.892 | 38.808 |
| Operação de fomento | 1,99 a.m. | (a) | - | 13.769 | - | 13.769 |
| Cessão de duplicatas | 1,50 a.m. | (b) | 80.855 | 132.318 | 80.855 | 132.318 |
| Conta garantida | 0,94 a.m. | (c) | 5.976 | 5.338 | 5.976 | 5.338 |
| Arrendamento mercantil | 1,18 a.m. | jun/2021 | 118 | 377 | 118 | 377 |
| | | _ | 268.346 | 320.150 | 268.346 | 320.188 |
| Circulante | | _ | 219.908 | 257.164 | 219.908 | 257.202 |
| Não circulante | | | 48.438 | 62.986 | 48.438 | 62.986 |

- (a) As operações com fomento são utilizadas para pagamento e adiantamento a fornecedores para compra de matéria-prima e tem vencimento de 30 dias. A Companhia utiliza duplicatas a receber registradas em seu ativo para liquidação dessas operações.
- (b) A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de Cessão de Duplicatas junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.
- (c) A conta garantida tem o prazo de vencimento indeterminado com reanálise de crédito para continuidade da operação a cada 180 dias.

Os contratos operados pela Companhia não possuem claúsulas de covenants de desempenho financeiro ou econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos Empréstimos

| | Controladora | Consolidado |
|--|--------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 320.150 | 320.188 |
| Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | 1.445.543 | 1.445.543 |
| Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos | (1.520.946) | (1.519.923) |
| Juros provisionados de empréstimos e financiamentos | 71.325 | 70.386 |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos | (47.726) | (47.848) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 268.346 | 268.346 |
| Circulante | 219.908 | 219.908 |
| Não circulante | 48.438 | 48.438 |

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por máquinas e equipamentos da linha de produção de lã de aço e avais da Companhia. As operações da Companhia junto a fomentadora BS Fomento (a) acima, estão garantidas por Marcas (Kalipto, NO AR, Pinho Bril e Pinho Bril Plus) e uma lista pré definida de estoques.

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| | Controla | ıdora | Consoli | dado |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| Vencimento | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| 2022 | 46.068 | 49.587 | 46.068 | 49.587 |
| 2023 | 2.012 | 13.399 | 2.012 | 13.399 |
| 2024 | 358 | - | 358 | - |
| | 48.438 | 62.986 | 48.438 | 62.986 |

16.2. Debêntures não conversíveis

A posição das debêntures não conversíveis está resumida a seguir:

| | Controladora e consolidado | | | |
|----------------|----------------------------|------------|--|--|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | | |
| Circulante | 22.735 | 38.808 | | |
| Não Circulante | 15.157 | - | | |
| Total | 37 892 | 38 808 | | |

A movimentação das debêntures não conversíveis está demonstrada a seguir:

| Saldo em 31/12/2018 | 30.600 |
|------------------------|---------|
| Juros provisionados | 8.208 |
| Saldo em 31/12/2019 | 38.808 |
| Juros provisionados | 10.072 |
| Pagamento de principal | (5.000) |
| Pagamento de juros | (5.988) |
| Saldo em 31/12/2020 | 37.892 |

Conforme divulgado pela Companhia por meio de Fato Relevante em 1º de agosto de 2019, nessa mesma data foi aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral ("AGD") a repactuação das debêntures por meio da qual autorizou a emissão de 2 (duas) novas séries

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de debêntures no valor total de R\$10.000 (dez milhões de reais) a serem emitidas mediante decisão da Diretoria, no prazo de até 12 (doze) meses a contar do aditamento da escritura de emissão. Ainda no âmbito da repactuação aprovada na referida AGD, foi alterada a data de vencimento e forma de pagamento, com vencimentos mensais em 24 (vinte e quatro) parcelas consecutivas, acrescidas da remuneração, com prazo de 12 (doze) meses de carência, a contar da data da repactuação. As remunerações e encargos referentes a dezembro de 2018 e relativos ao ano de 2019 foram incorporados ao saldo devedor repactuado, nos termos do aditamento à Escritura de Emissão. A referida aprovação se deu no mesmo sentido que a deliberação ocorrida em 31 de julho de 2019 pelo Conselho de Administração da Companhia. Em garantia à referida repactuação foi formalizada a alienação fiduciária da marca Limpol.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

| Emissora | Série | Data | Valor nominal | Valor líquido | Taxa de juros | TIR |
|----------------|-------|------------|---------------|---------------|---------------|---------|
| Fundo Labrador | 1. | 01/02/2018 | R\$ 15.000 | 15.000 | 2% a.m. | 2% a.m. |
| Fundo Labrador | 2. | 01/02/2018 | R\$ 15.000 | 15.000 | 2% a.m. | 2% a.m. |

As principais características das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária são:

| | Quantidade | Valor nominal unitário Valor nominal atualizado em 31 unitário na data de dezembro de | | | | |
|----------|------------|--|-------|----------------|--|--|
| Série | emitida | de emissão | 2020 | Vencimento | | |
| Primeira | 15 | 1.000 | 1.294 | Agosto de 2022 | | |
| Segunda | 15 | 1.000 | 1.294 | Agosto de 2022 | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações tributárias

| | Controladora | | | | | |
|---|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | Circula | ante | Não circ | ulante | Tota | al |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Parcelamentos | | | | | | |
| Parcelamento - Refis IV (a) | 17.205 | 16.778 | 122.766 | 135.680 | 139.971 | 152.458 |
| PPI - Programa de Parcelamento Incentivado | - | - | - | - | - | - |
| PEP - Programa Especial de Parcelamento (b) | 1.147 | 4.856 | 9.114 | 10.253 | 10.261 | 15.109 |
| Parcelamento ICMS (c) | 5.534 | 8.158 | 7.809 | 12.570 | 13.343 | 20.728 |
| Parcelamento IPI (d) | 1.586 | 1.548 | 264 | 1.806 | 1.851 | 3.354 |
| Parcelamento INSS (e) | 1.605 | 1.566 | 402 | 1.958 | 2.007 | 3.524 |
| Parcelamento - Refis PRT (f) | 413 | 402 | 833 | 1.212 | 1.246 | 1.614 |
| Parcelamento Pis/Cofins (h) | 5.119 | - | 19.198 | - | 24.318 | - |
| Parcelamento Multa CLT | 61 | 59 | 56 | 112 | 116 | 171 |
| PERT - Programa Especial de Regularização | | | | | | |
| Tributária (g) | 246 | 740 | 6.645 | 6.719 | 6.890 | 7.459 |
| Total parcelamentos | 32.916 | 34.107 | 167.088 | 170.310 | 200.003 | 204.417 |
| Tributos a recolher | | | | | | |
| ICMS a recolher | 6.500 | 10.926 | - | - | 6.500 | 10.926 |
| IPI a recolher | 266 | 2.231 | - | - | 266 | 2.231 |
| ISS a recolher | 113 | 125 | - | - | 113 | 125 |
| PIS/COFINS a recolher | 937 | 1.725 | 765 | 11.972 | 1.702 | 13.697 |
| IRPJ/CSLL a recolher | - | 693 | - | - | - | 693 |
| INSS e IRRF a recolher | 1.931 | 1.752 | - | - | 1.931 | 1.752 |
| Total tributos a recolher | 9.746 | 17.452 | 765 | 11.972 | 10.511 | 29.424 |
| | 42.662 | 51.559 | 167.852 | 182.282 | 210.514 | 233.841 |

Bombril S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Consolidado | | | | | |
|---|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | Circul | ante | Não circ | ulante | Tot | al |
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Parcelamentos | | | | | | |
| Parcelamento - Refis IV (a) | 17.205 | 16.778 | 122.766 | 135.680 | 139.971 | 152.458 |
| PPI - Programa de Parcelamento Incentivado | - | - | - | - | - | - |
| PEP - Programa Especial de Parcelamento (b) | 1.147 | 4.856 | 9.114 | 10.253 | 10.261 | 15.109 |
| Parcelamento ICMS (c) | 5.534 | 8.158 | 7.809 | 12.570 | 13.343 | 20.728 |
| Parcelamento IPI (d) | 1.586 | 1.548 | 264 | 1.806 | 1.851 | 3.354 |
| Parcelamento INSS (e) | 1.605 | 1.566 | 402 | 1.958 | 2.007 | 3.524 |
| Parcelamento - Refis PRT (f) | 413 | 402 | 833 | 1.212 | 1.246 | 1.614 |
| Parcelamento Pis/Cofins (h) | 5.119 | - | 19.198 | - | 24.318 | - |
| Parcelamento Multa CLT PERT - Programa Especial de Regularização | 61 | 59 | 56 | 112 | 116 | 171 |
| Tributária (g) | 246 | 740 | 6.645 | 6.719 | 6.890 | 7.459 |
| Total parcelamentos | 32.916 | 34.107 | 167.088 | 170.310 | 200.003 | 204.417 |
| Tributos a recolher | | | | | | |
| ICMS a recolher | 7.552 | 11.794 | - | - | 7.552 | 11.794 |
| IPI a recolher | 264 | 2.231 | - | - | 264 | 2.231 |
| ISS a recolher | 115 | 127 | - | - | 115 | 127 |
| PIS/COFINS a recolher | 1.099 | 1.992 | 765 | 11.972 | 1.863 | 13.964 |
| IRPJ/CSLL a recolher | 122 | 816 | - | - | 122 | 816 |
| INSS e IRRF a recolher | 1.938 | 1.756 | - | - | 1.938 | 1.756 |
| Total tributos a recolher | 11.090 | 18.716 | 765 | 11.972 | 11.855 | 30.688 |
| | 44.006 | 52.823 | 167.852 | 182.282 | 211.858 | 235.105 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) REFISIV

A Companhia aderiu em 27 de outubro de 2009 ao programa de refinanciamento de dívidas com a União (REFIS IV) para pagamento de débitos tributários em 180 parcelas mensais. Os débitos tributários referem-se ao PIS, à COFINS, ao IRPJ e à CSLL. A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento:

Controladora e

| | consolidado |
|---|-------------|
| Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31/12/18 | 160.308 |
| Juros no exercício findo em 31/12/19 | 8.047 |
| (-) Pagamentos no exercício findo em 31/12/19 | (15.897) |
| Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31/12/19 | 152.458 |
| Juros no exercício findo em 31/12/20 | 3.922 |
| (-) Pagamentos no exercício findo em 31/12/20 | (16.409) |
| Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31/12/20 | 139.971 |

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$139.971 é devido em 106 parcelas mensais com juros à taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e, 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$152.458 era devido em 118 parcelas mensais.

(b) <u>PEP</u>

Parcelamento de débitos tributários de ICMS. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$10.261 é devido em 31 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$15.109 era devido em 43 parcelas mensais.

(c) ICMS

Parcelamento ordinário de débitos fiscais na SEFAZ dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco e Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$13.343 é devido em 20 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$20.728 era devido em 32 parcelas mensais.

(d) <u>IPI</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$1.851 é devido em 15 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$3.354 era devido em 27 parcelas mensais.

(e) INSS

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$2.007 é devido em 15 parcelas mensais (dívida renegociada em abril de 2017) com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$3.524 era devido em 27 parcelas mensais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) PRT - Programa de Regularização Tributária - MP Nº766/2017

Em fevereiro de 2017, a Companhia optou pela adesão ao programa de regularização tributária (PRT) —o que possibilitou regularizar sua dívida tributária consolidada até novembro de 2016 com o pagamento em espécie de 24%, em 24 prestações mensais e sucessivas, utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL da Companhia e de empresas controladas — aquisição de créditos de outras empresas, na forma do art. 2º, §2º da MP n.º 766/2017) e saldo remanescente em 60 prestações mensais e sucessivas. A adesão ao programa gerou benefícios para o fluxo de caixa da Companhia, garantindo a quitação de débitos tributários em aberto no montante de R\$147.731 mediante compensação com prejuízos e base negativa, sem impactar, portanto, o caixa, que poderá ser integralmente alocado para suas atividades operacionais.

Em 29 de junho de 2018, a Companhia prestou as informações necessárias à consolidação dos débitos de competência da Receita Federal do Brasil incluídos no PRT.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$1.246 é devido em 38 parcelas mensais com juros à taxa SELIC e, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$1.614 era devido em 50 parcelas mensais.

A redução no saldo do parcelamento Refis PRT se deve à correspondente amortização ocorrida em janeiro de 2019, ocasião em que foram pagas as parcelas em atraso de agosto, setembro, novembro e dezembro de 2018, além das parcelas do ano corrente, totalizando R\$11.484.

(g) PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (MP 783/17)

Em agosto de 2017, a Companhia optou pela adesão ao PERT nos âmbitos da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o que possibilitou regularizar débitos que vinham sendo objetos de discussão judicial. Com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de êxito nestas campanhas eram baixas e tais valores já tinham provisões estabelecidas. Diante das condições estabelecidas pelo programa, a Companhia optou por garantir os descontos de 80% para juros e 40% para multa. O resultado final apurado foi de dívidas de R\$14.980 para com a Receita Federal do Brasil e de R\$2.138 para com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, totalizando R\$5.590 de impostos, R\$11.528 de multa, juros e encargos, reduzidos por R\$7.796 de desconto previstos em lei a serem pagos com uma entrada de 7,5% no valor de R\$1.123 (parcelados em 5 meses) e com saldo de R\$8.199 (parcelados em 145 meses). Em 31 de dezembro de 2020, o saldo remanescente é de R\$6.890 e devido em 109 parcelas mensais e, em 31 de dezembro de 2019, o saldo remanescente era de R\$7.459 e devido em 121 parcelas mensais.

(h) PIS e COFINS

O saldo se deve à adesão ao parcelamento de PIS/COFINS pedido pela Bombril em 13 de novembro de 2020, e deferido em 01 de Dezembro de 2020, processo nº 10805-402374/2020-14, referente a Exclusão de PIS/COFINS de sua Base de Cálculo, sendo que para que fosse possível tal pedido e adesão, as DCTF's e EFD Contribuições foram retificadas em Novembro de 2020, Em 31 de dezembro de 2020, o saldo remanescente é de R\$24.318 e devido em 58 parcelas mensais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração dos resultados por excluir receitas tributáveis ou despesas dedutíveis verificadas em outros exercícios, além de excluir receitas não tributáveis ou despesas não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, verificadas no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos e passivos, decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente, são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia realizará tais diferenças.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico contábeis, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A premissa de lucros futuros é baseada na produção, planejamento de vendas, preços dos insumos, custos operacionais, reestruturação e planejamento de custos de capital, e gera o orçamento plurianual da Companhia, o qual foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia em 17 de dezembro de 2020. A administração está monitorando os desdobramentos da crise sanitária em suas operações e não identificou necessidade de reavaliação do documento até a data da publicação destas demonstrações financeiras.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Lucro/(Prejuízo) líquido antes dos impostos | 53.415 | (43.057) | 52.251 | (44.457) |
| Alíquota nominal | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Crédito (Débito) de imposto de renda e contribuição | | | | |
| social calculada à alíquota de 34% | (18.161) | 14.639 | (17.765) | 15.115 |
| Equivalência patrimonial | 471 | 296 | - | - |
| Multas indedutíveis | (615) | (277) | (615) | (277) |
| Efeito do imposto de renda sobre diferenças | | | | |
| temporárias e prejuízos fiscais cujos (créditos) | 4.846 | (12.088) | 6.085 | (10.868) |
| débitos não foram registrados no exercício | | | | |
| (Despesa)/Receita de imposto de renda e | | | | |
| contribuição social reconhecida no resultado | (13.459) | 2.570 | (12.295) | 3.970 |
| Alíquota efetiva | 25% | 6% | 24% | 9% |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 Estimativas de realização dos ativos diferidos

A Companhia possui ativo fiscal registrado em seus livros relativos a prejuízos fiscais, bases negativas, créditos fiscais e diferenças temporárias sobre as provisões (grande parte relacionada à contingências). A recuperabilidade do ativo fiscal diferido é revisada pela Companhia a cada final de exercício e suportada por estudo técnico.

O estudo realizado pela administração embasa o registro contábil em 31 de dezembro de 2020, devido a geração de base tributável nos próximos períodos.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia, a estimativa de realização dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

| Descrição | R\$ |
|-------------|--------|
| 2021 | 7.116 |
| 2022 | 7.513 |
| 2023 | 8.711 |
| 2024 | 9.959 |
| 2025 | 11.791 |
| 2026 a 2028 | 30.850 |
| Total | 75.940 |

19. Provisões diversas

| _ | Controladora | | Consoli | dado |
|--------------------------------------|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Honorários advocatícios (a) | 72.397 | 68.491 | 72.397 | 68.491 |
| Prestação de serviços (b) | 6.939 | 8.838 | 7.231 | 9.132 |
| Obrigação de restituição de clientes | 1.299 | 2.495 | 1.299 | 2.495 |
| Outros | 1.450 | 1.433 | 1.450 | 1.434 |
| | 82.085 | 81.257 | 82.377 | 81.552 |
| Circulante | 9.685 | 12.766 | 9.977 | 13.061 |
| Não Circulante | 72.400 | 68.491 | 72.400 | 68.491 |

- (a) Substancialmente representado por processos de compra e venda de títulos e tributação sobre lucros de controlada no exterior, conforme descrito na nota 21.
- (b) Substancialmente representada pela provisão de serviços e consultorias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outros passivos

| | Controladora | | Consoli | dado |
|------------------|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Comerciais | 5.656 | 6.112 | 5.656 | 6.112 |
| Energia Elétrica | 1.392 | 1.501 | 1.392 | 1.501 |
| Fretes | 2.489 | 3.943 | 2.489 | 3.550 |
| Outras | 1.496 | 995 | 1.496 | 994 |
| | 11.033 | 12.551 | 11.033 | 12.157 |
| Circulante | 10.533 | 12.064 | 10.533 | 11.670 |
| Não circulante | 500 | 487 | 500 | 487 |

21. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Reconhecida quando a obrigação for considerada provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, e puder ser mensurada com razoável confiabilidade. A contrapartida da obrigação é uma despesa no resultado do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou administrativo ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a probabilidade de desembolso não seja mais considerada provável ou baixada quando a obrigação for efetivamente liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende somente da atuação da Companhia e as incertezas inerentes ao ambiente legal envolvem o exercício de julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros para determinar as estimativas de perda. As provisões são constituídas levando em conta a individualidade de cada processo, a classificação de perda e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

21.1. Composição

| | Controlade | Controladora | | |
|------------------|------------|--------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Trabalhistas (a) | 16.110 | 16.191 | 16.295 | 16.429 |
| Cíveis (b) | 61.072 | 64.101 | 61.081 | 64.101 |
| Fiscais (c) | 3.247 | 3.096 | 3.411 | 3.261 |
| | 80.428 | 83.388 | 80.787 | 83.791 |

⁽a) O saldo está pulverizado em diversas ações, as quais têm por objeto discussões sobre: (i) acidentes de trabalho; (ii) horas extras e reflexos; (iii) sobreaviso e reflexos; (iv) equiparação salarial e reflexos; (v) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vi) adicional de periculosidade; vii) adicional de insalubridade; (viii) danos morais e materiais; (ix) reconhecimento de doença ocupacional; (x) reintegração; (xi) desvio e acúmulo de função, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) As ações possuem características diversas. As principais demandas judiciais cíveis referem-se a:
 - (i) ação monitória da Massa Falida da Finsec S.A., Companhia que detinha títulos de dívida da Companhia e que, segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis, tem perspectiva de perda em parte provável e em parte possível. Na ação discute-se valores informados em laudos periciais que utilizam metodologia de atualização e base documental diversas. Em sentença de 1ª instância, o juiz acolheu o laudo de menor valor envolvido, considerando a evolução da dívida baseada em extratos bancários, e não unicamente em contratos. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela Massa Falida da Finscec S.A., tão somente quanto a revisão da multa aplicada, no mais a sentença foi mantida, inclusive no tocante ao acolhimento do primeiro laudo pericial. O valor provisionado nessa ação, relacionado a parte provável da causa, é de R\$ 40.367 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 37.442 em 31 de dezembro de 2020).
 - (ii) ação de ressarcimento de 2007 em face da empresa TrendBank Investimentos, Participações e Representações Ltda com julgamento desfavorável de recurso no STJ – Superior Tribunal de Justiça. O provisionamento referente a condenação de honorários de sucumbência no valor de R\$ 8.609 em 31 de dezembro de 2019 foi integralmente levado pela parte contrária, gerando a baixa da provisão no mês de novembro de 2020.
 - (iii) ação de indenização por descumprimento de contrato movida pela empresa Embalagens Flexíveis Diadema Ltda. ("Autora") em face da Companhia. O litígio trata de ônus rescisórios em contrato de fornecimento de embalagens de lã de aço contratado com a Companhia em 2006, na qual, alega a Autora que a Bombril deixou de realizar pedidos mínimos de compra. A indenização se refere ao lucro sobre o volume mínimo não adquirido pela Companhia. Houve procedência parcial da ação em apelação, e julgamento desfavorável em sede recursal no STJ. Ainda há pendência de recurso de embargos de divergência; no entanto, foi iniciada Execução Provisória relativa a condenação, cujo valor será definido em liquidação de sentença, e em razão disso, os assessores jurídicos da Companhia classificaram parte do risco como perda provável e parte como perda possível. No processo de Execução Provisória, a Embalagens Flexíveis Diadema Ltda. requereu a suspensão do feito por 180 dias. O valor provisionado nessa ação é de R\$14.777 em 31 de dezembro de 2020 (R\$12.542 em 31 de dezembro de 2019).
- (c) A Companhia questiona, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza tributária, bases de cálculo, alterações de alíquotas e determinados tributos e contribuições sociais. O processo de maior valor provisionado refere a não homologação de pedido de compensação de crédito de COFINS, relativo ao período de apuração de setembro de 2006, estando aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia após sua manifestação de inconformidade ter sido julgada improcedente, envolvendo o montante de R\$904 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 880 em 31 de dezembro de 2019).

21.2. Movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Cantualadava

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---------------------------------|--------------|----------|-------------|----------|--------------|----------|-------------|----------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2019 | 16.191 | 64.101 | 3.096 | 83.388 | 16.429 | 64.101 | 3.261 | 83.791 |
| Constituição de provisão | 3.295 | 1.745 | - | 5.040 | 3.297 | 1.745 | - | 5.042 |
| Atualização | 1.719 | 5.368 | 151 | 7.238 | 1.746 | 5.378 | 150 | 7.274 |
| Baixas por pagamentos | (5.094) | (10.143) | - | (15.237) | (5.178) | (10.143) | • | (15.321) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 16.110 | 61.071 | 3.247 | 80.428 | 16.294 | 61.081 | 3.411 | 80.786 |

Canaalidada

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.3. Riscos com probabilidade de perda considerada possível

Os passivos contingentes não são provisionados pela Companhia quando classificados com probabilidade de perda *possível*. A Companhia, ao classificar as provisões para contingências como perda possível, leva em consideração as orientações dos seus consultores jurídicos internos e externos.

Ademais a Companhia considerou os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22). A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). Sendo assim, foram revisados os julgamentos efetuados, concluindo não haver possíveis tratamentos incertos no que tange os tributos sobre o lucro na preparação das demonstrações financeiras.

A As ações discutidas nas esferas administrativa e judicial são as seguintes:

| | Controladora | | Consol | idado |
|------------------|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Trabalhistas (a) | 17.644 | 17.676 | 17.701 | 17.700 |
| Cíveis (b) | 38.393 | 27.250 | 38.628 | 27.314 |
| Fiscais (c) | 4.906.292 | 4.599.792 | 4.919.021 | 4.611.694 |
| | 4.962.329 | 4.644.718 | 4.975.350 | 4.656.708 |

- (a) **Trabalhistas**: Inclui (i) reclamações trabalhistas com pleito de anulação de justa causa e estabilidade; e (ii) reclamações trabalhistas referente à empregados que exerciam atividade externa, com pleito de horas extras e diferenças salariais.
- (b) **Cíveis:** os passivos de natureza cível de risco possível de valores mais significativos são oriundos de processos judiciais envolvendo discussões relativas (i) Valor cobrado em ação monitória movida pela Massa Falida da FINSEC (21.1.b.i. acima), pertencente ao Grupo Banco Santos, em que se discute o montante devido pela Companhia, baseado em laudos periciais que utilizam metodologia de atualização e base documental diversas. Foi proferida sentença em 1ª instância sendo acolhido o laudo de menor valor envolvido, e em sede de julgamento de apelação foi mantida a sentença de 1ª instância, com apenas majoração de multa, sendo o valor de risco possível é de R\$16.684 em 31 de dezembro de 2020 (R\$15.629 em 31 de dezembro de 2019); e (ii) conforme divulgado em nota anterior (21.1.b.iii acima), há em curso ação de indenização por descumprimento de contrato, cujo objeto era o fornecimento de embalagens de lã de aço à Companhia. O valor relativo à perda provável está provisionado, conforme divulgado na supracitada nota, e o restante do valor em discussão está sendo classificado pelos assessores legais da Companhia como perda possível, no montante de R\$9.714 em 31 de dezembro de 2020, (R\$8.829 em 31 de dezembro de 2019).
- (c) **Fiscais:** os passivos contingentes de natureza tributária mais significativos são oriundos de processos administrativos e judiciais relativos a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, a qual reclama por imposto de renda que entende deveria ter sido retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds) entre os anos de 1998 e 2001. O primeiro auto de infração ("AI") é referente ao exercício de 1998 e teve julgamento favorável à Companhia em recurso voluntário, anulando 99% do seu valor. Contudo, a PGFN interpôs Recurso Especial e obteve êxito, reformando a decisão, e retornando com a cobrança integral do AI. Em 21/3/2011, foi ajuizada Execução Fiscal, tendo a Companhia apresentado Embargos à Execução e apresentado bens em garantia, cuja avaliação ainda está pendente de conclusão pelos Oficiais de Justiça. Os referidos Embargos à Execução foram julgados procedentes em parte, reduzindo o valor da multa de 150% para 75%. Em sede de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apelação da Companhia e da PGFN em 16/2/2019, houve procedência parcial de ambos os recursos, sendo restabelecida a multa de 150% e excluída a condenação em honorários de sucumbência. Em face dessa decisão foi apresentado recurso de Embargos de Declaração, que foi rejeitado. Na sequência foram apresentados Recurso Especial ao STJ – Superior Tribunal de Justiça, que foi admitido em juízo de admissibilidade no TRF-3, e Recurso Extraordinário ao STF – Supremo Tribunal Federal, que não foi admitido, tendo a Companhia apresentado recurso de Agravo de Instrumento em face dessa decisão. Em 8 de outubro de 2019 foi celebrado NJP – Negócio Jurídico Processual com a PGFN ficando acordada a penhora mensal de faturamento de 0,5% (meio por cento) sobre Receita Operacional Líquida, mediante depósito judicial nos autos até a decisão final transitada em julgado acerca do cancelamento, ou não, da dívida. O valor envolvido nessa ação é R\$486,4 milhões em 31 de dezembro de 2019).

O segundo auto de infração é referente ao exercício de 1999 que é objeto de Execução Fiscal ajuizada em 3/6/2011, tendo a Companhia apresentado Embargos à Execução Fiscal. Em 29/8/2016, houve sentença parcialmente procedente que reduziu a multa de 150% para o percentual de 75%. Ambas as partes apresentaram Recurso de Apelação e atualmente os autos aguardam julgamento do TRF3 – Tribunal Regional Federal da 3º Região. Em 29 de julho de 2019 foi concedida medida liminar pelo Des. Relator da apelação junto a 4ª Turma do TRF-3 Tribunal Regional Federal da 3ª Região, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito fiscal até o julgamento da apelação, tendo a União Federal apresentado recurso de Agravo em face da decisão. Em 08 de outubro de 2020 o referido Agravo foi julgado e, por unanimidade, foi mantida a liminar concedida. O valor envolvido nessa ação é de R\$486,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$482 milhões em 31 de dezembro de 2019).

O terceiro auto de infração é referente ao exercício de 2000 e o mesmo encontra-se em fase administrativa junto ao CARF, tendo ocorrido julgamento parcialmente favorável à Companhia em Recurso Voluntário. Contra essa decisão foi apresentado Recurso Especial pela PGFN e Embargos de Declaração pela Companhia, estando o primeiro pendente de julgamento e o segundo, tendo sido provido, está pendente de notificação da Companhia acerca do resultado e abertura de prazo para apresentação do Recurso Especial pela Companhia. O valor envolvido neste processo é de R\$2.859 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.574 milhões em 31 de dezembro de 2019).

O quarto auto de infração, referente ao exercício de 2001, teve julgamento favorável no CARF em sede de recurso voluntário, anulando 99,2% do auto de infração. Posteriormente a esta decisão, a Fazenda interpôs recurso especial, o qual foi admitido e provido pelo voto de qualidade do presidente do CARF. Após a decisão desfavorável no CARF, a Companhia apresentou dois recursos de Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Contra a decisão do presidente do CARF em sede de voto de qualidade, a Companhia impetrou, em 19 de marco de 2019, Mandado de Segurança com pedido liminar para discutir a ilegalidade do ato coator, estando o mesmo pendente de apreciação do pedido liminar junto ao juízo de 1ª Instância da Justiça Federal do Distrito Federal. Com relação ao percentual de 0,8% anteriormente desfavorável à Companhia, essa parte do débito havia sido segregada e exigida em outro processo, mas a PGFN reuniu novamente os débitos em um único processo. Em 14 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou Ação Anulatória em face do referido auto de infração, pleiteando o reconhecimento da nulidade do lancamento em razão de vício formal decorrente de erro no enquadramento legal pela Autoridade Fiscal. O pedido liminar foi indeferido e em face dessa decisão foi apresentado recurso de Agravo de Instrumento, sendo que em 12 de junho de 2019 foi proferida decisão pelo Tribunal Regional Federal da Terceira Região deferindo a tutela antecipada para suspender a exigibilidade. Em julgamento do mérito desse Agravo ocorrido em 5 de dezembro de 2019, ocorreu o não

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provimento do recurso com a consequente revogação da liminar ora concedida. Em face dessa decisão a Companhia apresentou Recurso Especial ao STJ – Superior Tribunal de Justiça, o qual está pendente de julgamento. Em 21 de julho de 2020 foi proferida sentença julgando improcedente a Ação Anulatória. Contra essa sentença, em 10 de agosto de 2020, a Companhia interpôs recurso de apelação. Em 13 de novembro de 2020 a Companhia distribuiu pedido de efeito suspensivo à apelação, requerendo a concessão de tutela de urgência para fim de atribuir efeito suspensivo com eficácia ativa, sendo que em 16 de dezembro de 2020 foi proferida decisão deferindo a antecipação dos efeitos da tutela recursal para suspender a exigibilidade do crédito tributário de 94% do crédito tributário contido na autuação fiscal, o que representa em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 906,8 milhões (R\$ 898 milhões, em 31 de dezembro de 2019). Em relação aos 6% do crédito tributário que não havia sido alcançado pela liminar supracitada, equivalente 31 de dezembro de 2020 ao montante de R\$67,8 milhões, a PGFN realizou o desmembramento das CDA's - Certidões de Dívida Ativa e ajuizou Execução Fiscal, tendo sido a Companhia citada em 21 de janeiro de 2020, e no prazo legal apresentou defesa de exceção de pré-executividade. Em 21 de julho de 2020 foi proferida decisão rejeitando a exceção de pré-executividade, e na sequência, a União Federal se manifestou recusando os bens oferecidos à penhora, Assim, em 30 de setembro de 2020, a Companhia e a PGFN celebraram Negócio Jurídico Processual (NPJ), no qual foi acordado a penhora mensal de faturamento no percentual de 0,07% (sete décimos por cento) sobre a Receita Operacional Líquida, mediante depósito judicial nos autos até a decisão final transitada em julgado acerca do cancelamento, ou não, da dívida.

Conforme exposto acima, o assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível para os quatro autos de infração envolvendo incertezas tributárias referentes à impostos sobre o lucro.

21.4. Depósitos Judiciais

A Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas. Em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$22.813 (R\$23.950 em 31 de dezembro de 2019), na controladora, sendo que R\$14.140, refere-se a processos de natureza trabalhista, R\$142 refere-se a processos de natureza cível, e R\$8.531 refere-se a processos de natureza fiscal.

A variação ocorrida comparativamente ao saldo de 31 de dezembro de 2019, refere-se a, (i) depósitos sobre penhora de faturamento, conforme informado na Nota 21.3.c, no valor de R\$6.071, (ii) baixa de depósito cível no processo de TrendBank Investimentos, conforme informado na Nota 21.c.(ii) e (iii) novos depósitos e movimentações, além da atualização monetária dos valores.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PN") conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Em 31 de dezembro de 2020 | | Em 31 de dez | embro de 2019 |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------|--------------|---------------|
| Acionista | ON | PN | ON | PN |
| Ronaldo Sampaio Ferreira | 103.273.447 | 36.451.602 | 103.273.447 | 36.451.602 |
| Newco International Ltd. | 27.413.985 | 15.439.898 | 27.413.985 | 15.439.898 |
| BHD Participações S.A. | 6.927.885 | - | 6.927.885 | - |
| Investidores institucionais | - | 10.309.215 | - | 10.309.215 |
| Investidores pessoa física | - | 23.776.130 | - | 23.776.130 |
| Investidores pessoa jurídica | - | 36.886.727 | - | 36.886.727 |
| Investidores institucionais | | | | |
| estrangeiros no mercado local | - | - | - | - |
| Investidores estrangeiros em ADRs | - | 30.889 | - | 30.889 |
| | 137.615.317 | 122.894.462 | 137.615.317 | 122.894.462 |

Em 5 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social no valor de R\$84.643 em decorrência da conversão de 66.002.424 debêntures emitidas e subscritas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debentures Conversíveis em Ações, com a consequente emissão de 117.615.317 novas ações ordinárias e 88.829.873 novas ações preferenciais, totalizando 206.445.190 novas ações distribuídas aos debenturistas na forma da Escrituração de Emissão.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de dividendo de 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

O capital social adicional, previamente autorizado pelos acionistas, é de 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 para ações ordinárias e 40.000.000 para ações preferenciais. O total de ações em 31 de dezembro de 2020 é de 260.509.779, mesmo saldo no fechamento do exercício passado.

22.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de American Depositary Receipts - ADR nível 1, aprovado pela Securities Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem American Depositary Receipts-ADR em Nova York. Estavam depositadas no The Bank of New York, 30.889 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019, equivalentes a 30.889 ADR's o que representava 0,01% do capital total em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 não há ações preferenciais equivalentes a ADR's.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.3. Ajustes de avaliação patrimonial

Outras reservas incluem:

22.3.1 Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2020, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bril Cosméticos S.A., líquida dos efeitos tributários, é de R\$21.996 (R\$24.096 em 31 de dezembro de 2019).

22.3.2 Custo atribuído

O custo atribuído dos ativos imobilizados foi reconhecido em contrapartida de reservas de reavaliação e, conforme as depreciações, alienação ou baixa do respectivo ativo imobilizado, tais saldos são reconhecidos em contrapartida da rubrica de lucros/(prejuízos) acumulados. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$61.854 (R\$62.542 em 31 dezembro de 2019).

23. Informações por segmento

A Administração da Bombril definiu o segmento de Higiene e Limpeza como sendo o principal e único segmento operacional de negócio, baseando-se nos relatórios utilizados pelos representantes da governança (presidência e corpo diretivo), os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas.

As metas de avaliação de desempenho, alocações de recursos e gestão do negócio são definidas e acompanhadas considerando o segmento de higiene e limpeza como um todo.

24. Receita líquida de vendas

O IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita de venda com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses produtos. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita

24.1. Obrigações de performance

A obrigação de performance é satisfeita na entrega do produto. Alguns contratos proporcionam aos clientes um direito de devolução e contraprestação variável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2. Direito de devolução

A Companhia pratica como regra conceder o direito de devoluções aos seus clientes, desde que no momento do recebimento dos produtos em seu estabelecimento promovam a sua inspeção, e, caso identifiquem algum problema de qualidade ou avaria, realizem a devolução desses produtos. Exceções à essa regra são tratadas pontualmente em contrato. Os valores decorrentes das devoluções são os mesmos praticados nas vendas dos produtos, mantendo a política de abatimentos nos valores devidos, caso ainda não tenha sido pago pelo cliente.

Ativos de direito de devolução e passivos de reembolso

| Ativos de direito de devolução – estoques (Nota 6) | |
|---|--|
| Passivos de reembolso relacionados a direito de devolução | |

| 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|------------|------------|
| | |
| 1.150 | 1.420 |
| (1.299) | (2.495) |
| (149) | (1.075) |

-

24.3. Contraprestação variável

A Companhia mantém contratos de fornecimento firmados com alguns de seus principais clientes, com previsão de descontos, os quais são reconhecidos e contabilizados no momento do faturamento para esses clientes, na rubrica de investimentos comerciais, no resultado, redutora da receita bruta, podendo ser abatidos ou pagos de acordo com a negociação comercial.

Alguns contratos de venda fornecem aos clientes o direito de devolução e abatimentos decorrente de acordos comerciais, que contemplam acordos logísticos, inauguração de lojas e abatimento por volume. Estes direitos dão origem a contraprestação variável.

Acordos logísticos

A Companhia oferece abatimentos baseados em acordo logísticos, que consiste na entrega de mercadoria em centros de distribuição indicados pelo cliente ao invés das lojas pertences a sua rede,

além de descontos decorrentes de atraso na entrega ou "no show". Estes abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia adota com base na média histórica o método do valor esperado. Em seguida, a Companhia reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Inauguração e reinauguração de lojas

Algumas redes varejistas exigem verba por inauguração, paga na abertura de uma nova unidade da rede varejista, e verba de reinauguração, cobrada quando houver reestruturação, ampliação ou reforma de uma unidade. As verbas são compensadas com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável. Em seguida, a Companhia reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

A Companhia não possui desagregação de receita, conforme nota explicativa nº 23. Informações por Segmento.

| | Contro | Controladora | | dado |
|----------------------------|------------|--------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Receita bruta tributável | 1.698.634 | 1.583.748 | 1.698.754 | 1.585.319 |
| (-) Deduções | (113.753) | (109.561) | (113.754) | (109.561) |
| (-) Impostos sobre receita | (431.863) | (415.875) | (431.987) | (416.012) |
| Receita líquida de vendas | 1.153.018 | 1.058.312 | 1.153.013 | 1.059.746 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas nas demonstrações dos resultados

A Companhia apresentou as informações dos resultados utilizando uma classificação dos gastos baseada na sua função. As informações sobre a natureza destes gastos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

| | Controladora | | Consol | idado |
|---------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Insumos | (554.796) | (506.429) | (554.796) | (506.429) |
| Despesas com pessoal | (170.986) | (167.189) | (172.731) | (167.825) |
| Energia elétrica | (15.447) | (14.716) | (15.447) | (14.716) |
| Manutenção | (28.369) | (18.973) | (28.403) | (18.973) |
| Depreciação e amortização | (19.498) | (21.027) | (22.534) | (24.360) |
| Desp. Promoção Vendas | (6.037) | (6.551) | (6.037) | (6.564) |
| Desp. Propaganda e Marketing | (2.684) | (1.364) | (2.684) | (1.364) |
| Despesa de Aluguéis | (11.066) | (10.440) | (11.077) | (10.440) |
| Despesas com fretes | (134.318) | (122.793) | (134.318) | (122.794) |
| Outras despesas | (98.842) | (86.407) | (96.490) | (86.730) |
| | (1.042.044) | (955.889) | (1.044.518) | (960.195) |
| | | | | |
| Custo dos produtos vendidos (a) | (722.457) | (646.941) | (722.344) | (648.719) |
| Despesas com vendas | (234.318) | (223.024) | (235.389) | (224.192) |
| Despesas administrativas | (85.269) | (85.924) | (86.785) | (87.284) |
| | (1.042.044) | (955.889) | (1.044.518) | (960.195) |

⁽a) Substancialmente composto por insumos de produção, tais como químicos, aço e embalagens.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

| | Controladora | | Consoli | dado |
|---|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Créditos extemporâneos de PIS e COFINS (a) | 23.715 | 1.517 | 23.715 | 1.517 |
| PIS e COFINS sobre outras receitas | (679) | (19) | (681) | (22) |
| Provisão para contingências judiciais (b) | (4.288) | (34.252) | (4.375) | (34.351) |
| Receita (despesa) com energia elétrica | 597 | 1.021 | 597 | 1.021 |
| Receita (despesa) com venda de Imobilizado | (236) | (57) | (269) | (139) |
| Receitas (despesa) por avarias em transportadoras | 215 | 62 | 143 | 55 |
| Outas | 1.559 | (6.089) | 711 | (6.643) |
| | 20.882 | (37.817) | 19.841 | (38.562) |

- (a) Refere-se substancialmente a receita extemporânea do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, transitado em julgado favoravelmente (Nota 7).
- (b) A provisão para contingências judicias refere-se ao saldo líquido entre as provisões, baixas e reversões que ocorreram no período de 2020.

27. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolida | ido |
|---|--------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Juros sobre empréstimos, fomento e duplicatas descontadas | (71.325) | (92.400) | (70.386) | (91.393) |
| Juros sobre impostos | (11.743) | (11.859) | (11.744) | (11.864) |
| Juros por renegociação com fornecedores | (338) | (1.346) | (338) | (1.346) |
| Variação cambial líquida | 401 | 9 | 401 | 9 |
| Receitas financeiras (a) | 9.197 | 1.397 | 9.231 | 1.756 |
| Outras despesas financeiras | (3.248) | (2.593) | (3.249) | (2.608) |
| Total | (77.056) | (106.792) | (76.085) | (105.446) |

(a) As reclassificação referem-se, principalmente, aos juros e correção monetária referentes ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, transitado em julgado favoravelmente (Nota 7).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

| _ | | 31/12/2020 | | | 31/12/2019 | |
|--|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|
| | Preferênciais | Ordinárias | Total | Preferênciais | Ordinárias | Total |
| Númerador básico | | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações | 18.849 | 21.107 | 39.956 | (19.100) | (21.387) | (40.487) |
| Denominador básico | | | | | | |
| Média ponderada de ações | 122.894.462 | 137.615.317 | 260.509.779 | 122.894.462 | 137.615.317 | 260.509.779 |
| Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$) | 0,16871 | 0,13804 | 0,15338 | (0,17096) | (0,13987) | (0,15541) |
| Númerador diluído | | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações | 18.849 | 21.107 | 39.956 | (19.100) | (21.387) | (40.487) |
| Denominador diluído | | | | | | |
| Média ponderada de quantidade de ações | 122.894.462 | 137.615.317 | 260.509.779 | 122.894.462 | 137.615.317 | 260.509.779 |
| Debêntures conversiveis em ações | - | - | - | - | - | - |
| Média ponderada diluída das ações | 122.894.462 | 137.615.317 | 260.509.779 | 122.894.462 | 137.615.317 | 260.509.779 |
| Lucro (Prejuízo) diluído por ação (R\$) | 0,16871 | 0,13804 | 0,15338 | (0,17096) | (0,13987) | (0,15541) |

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias.

29. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

<u>Classificação e mensuração – ativos e passivos financeiros</u>

O IFRS 9 / CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável (impairment) – ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia mensura as perdas de crédito por meio do modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas", o qual se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as contas a receber, a Companhia realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, classificação de risco dos seus clientes, ajustada por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração adequada às taxas de mercado. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas, conforme nota explicativa nº 5.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influência o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. As compras de matérias primas ocorrem com fornecedores locais e em Reais baseadas nas cotações dos produtos em dólar. O Grupo não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Devido ao montante de operações com taxas pós-fixadas não ser significativo, o Grupo não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia tem como diretriz diversificar seus fornecedores de insumos, abrindo frequentes cotações, tanto para fornecedores cadastrados, quanto para fornecedores entrantes, além do monitoramento permanente das oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O endividamento líquido é o seguinte:

| | Controlado | ora | Consolida | do |
|---|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Dívida | 268.346 | 320.150 | 268.346 | 320.188 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (13.623) | (11.545) | (13.851) | (13.237) |
| Aplicações financeiras compromissadas | (9.963) | (7.624) | (9.963) | (7.802) |
| Passivo de arrendamento mercantil | 8.502 | 8.276 | 3.324 | 3.392 |
| Dívida líquida | 253.262 | 309.257 | 247.856 | 302.541 |
| Patrimônio líquido (passivo a descoberto) | 245.161 | 285.117 | 245.161 | 285.117 |
| Quociente de alavancagem | 103% | 108% | 101% | 106% |

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e Consolidado e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Taxa de juros | | | Control | adora | | |
|---|---------------|----------|----------|------------|----------|---------|---------|
| | efetiva média | Menos de | De 1 a 3 | De 3 meses | De 1 a 5 | Mais de | |
| | ponderada | 1 mês | meses | a 1 ano | anos | 5 anos | Total |
| 31 de dezembro de 2020 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas e pré fixadas | 1,47 a.m. | 28.891 | 46.806 | 37.581 | 28.246 | - | 141.524 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Finame | 0,33 a.m. | 514 | 1.500 | 4.004 | 7.483 | - | 13.502 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento | 2,60 a.m. | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas | 2,07 a.m. | - | 80.855 | - | - | - | 80.855 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida | 1,18 a.m. | 5.976 | - | - | - | - | 5.976 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures | 2,00 a.m. | 2.652 | 7.730 | 18.946 | 16.521 | - | 45.849 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil | 1,18 a.m. | 21 | 62 | 41 | - | - | 123 |
| | | 38.055 | 136.952 | 60.572 | 52.250 | - | 287.829 |
| 04 1 2 2 2 2040 | 0/ | DΦ | DΦ | DΦ | DA | DA | DΦ |
| 31 de dezembro de 2019 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas e pré fixadas | 1,37 a.m. | 30.993 | 41.514 | 31.359 | 33.388 | - | 137.254 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Finame | 0,37 a.m. | 303 | 761 | 1.914 | 373 | - | 3.351 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento | 2,40 a.m. | 13.770 | - | - | - | - | 13.770 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas | 1,83 a.m. | - | 132.318 | - | - | - | 132.318 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida | 1,30 a.m. | 5.338 | - | - | - | - | 5.338 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures | 2,00 a.m. | - | - | 13.374 | 42.350 | - | 55.724 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil | 1,16 a.m. | 23 | 70 | 187 | 140 | - | 420 |
| | | 50.427 | 174.663 | 46.834 | 76.251 | - | 348.175 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Taxa de juros | | | Consol | idado | | |
|---|---------------|----------|----------|------------|----------|---------|---------|
| | efetiva média | Menos de | De 1 a 3 | De 3 meses | De 1 a 5 | Mais de | |
| | ponderada | 1 mês | meses | a 1 ano | anos | 5 anos | Total |
| 31 de dezembro de 2020 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas e pré fixadas | 1,47 a.m. | 28.891 | 46.806 | 37.581 | 28.246 | - | 141.524 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Finame | 0,33 a.m. | 514 | 1.500 | 4.004 | 7.483 | - | 13.502 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento | 2,60 a.m. | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas | 2,07 a.m. | - | 80.855 | - | - | - | 80.855 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida | 1,18 a.m. | 5.976 | - | - | - | - | 5.976 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures | 2,00 a.m. | 2.652 | 7.730 | 18.946 | 16.521 | - | 45.849 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil | 1,18 a.m. | 21 | 62 | 41 | - | - | 123 |
| | | 38.055 | 136.952 | 60.572 | 52.250 | - | 287.829 |
| 31 de dezembro de 2019 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas e pré fixadas | 1,37 a.m. | 30.993 | 41.514 | 31.359 | 33.388 | - | 137.254 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Finame | 0,37 a.m. | 306 | 770 | 1.936 | 378 | - | 3.390 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Fomento | 2,40 a.m. | 13.770 | - | - | - | - | 13.770 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Cessão de duplicatas | 1,83 a.m. | - | 132.318 | - | - | - | 132.318 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Conta garantida | 1,30 a.m. | 5.338 | - | - | - | - | 5.338 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Debêntures | 2,00 a.m. | - | - | 13.374 | 42.350 | - | 55.724 |
| Instrumentos a taxas de prefixadas - Arrendamento Mercantil | 1,16 a.m. | 24 | 70 | 187 | 140 | - | 421 |
| | | 50.431 | 174.672 | 46.856 | 76.256 | - | 348.215 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados à taxa de juros (aplicações financeiras, não inclui caixa e bancos) da Controladora e do Consolidado. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez do Grupo, uma vez que ele é gerenciado com base em ativos e passivos líquidos.

| | Taxa de juros | | | Control | adora | | |
|---|----------------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|------------------|-------------------|-------|
| | efetiva média ponderada | Menos de 1 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
| 31 de dezembro de 2020 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas | 12,07 a.a. | - | - | 7.021 | 2.942 | - | 9.963 |
| | | - | - | 7.021 | 2.942 | - | 9.963 |
| 31 de dezembro de 2019 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas | 12,07 a.a. | - | - | 5.093 | 2.531 | - | 7.624 |
| atualizar | | - | - | 5.093 | 2.531 | - | 7.624 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Taxa de juros | | | Consol | idado | | |
|---|----------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|------------------|-------------------|-------|
| | efetiva média ponderada | Menos de 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
| 31 de dezembro de 2020 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas | 12,07 a.a. | - | - | 7.021 | 2.942 | - | 9.963 |
| | - - | - | - | 7.021 | 2.942 | - | 9.963 |
| 31 de dezembro de 2019 | % | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas | 12,07 a.a. | - | - | 5.271 | 2.531 | - | 7.802 |
| | _ | • | - | 5.271 | 2.531 | - | 7.802 |

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira das apuradas no final do exercício do relatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Categorias de instrumentos financeiros

| | Controlado | ora | Consolida | do |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| _ | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Ativos financeiros | | | | |
| Ao custo amortizado | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 13.623 | 11.545 | 13.851 | 13.237 |
| Aplicações financeiras compromissadas | 9.963 | 7.624 | 9.963 | 7.802 |
| Contas a Receber | 141.689 | 175.842 | 142.608 | 175.981 |
| Partes relacionadas | 5.441 | 3.626 | - | - |
| Passivos financeiros | | | | |
| Ao custo amortizado | | | | |
| Fornecedores e contas à pagar | 181.670 | 122.931 | 183.041 | 123.822 |
| Empréstimos e Financiamentos | 268.346 | 320.150 | 268.346 | 320.188 |
| Passivos de arrendamento | 8.502 | 8.276 | 3.324 | 3.392 |
| Partes relacionadas | 58.800 | 60.953 | 23.891 | 28.904 |

b) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto à oscilação do dólar norte-americano, todavia, em 31 de dezembro de 2020, não há valores materiais que possam gerar alguma oscilação significativa para a Companhia.

c) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pósfixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% a.m. é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% a.m. mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes a despesa financeira do exercício em 31 de dezembro 2020 aumentaria em R\$5.081 (R\$ 6.224 em 31 de dezembro de 2019). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar apresentada a seguir, a Administração adotou definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada:

Controladora

| Controladora | | | |
|----------------------------|-----------------|------------------------|-------------|
| Descrição | Risco | Deterioração 25% Deter | ioração 50% |
| Empréstimos | Aumento na taxa | 955 | 1.910 |
| Exposição líquida de juros | | 955 | 1.910 |
| Consolidado | | | |
| Descrição | Risco | Deterioração 25% Deter | ioração 50% |
| Empréstimos | Aumento na taxa | 955 | 1.910 |
| Exposição líquida de juros | | 955 | 1.910 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros (Não auditado)

O Grupo gerência seus riscos buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, os valores expressos nesta nota estão em reais. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos do Grupo é de R\$1.135.466 (R\$1.238.648 em dezembro 2019), composta da seguinte forma: Prédios R\$137.818 (R\$137.818 em dezembro 2019); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$532.922 (R\$532.922 em dezembro de 2019); Mercadorias e Matérias-Primas R\$54.626 (R\$54.626 em dezembro de 2019); Lucro Cessantes R\$410.100 (R\$513.282 em dezembro de 2019).

31. Responsabilidades e compromissos

Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas têm dado como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$424.459, referentes a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e participações societárias, fianças, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas. Além desses, foram dadas as seguintes garantias:

- Aplicações financeiras compromissadas junto às instituições financeiras, no montante de R\$9.963 (R\$7.482 em 31 de dezembro de 2019), com vencimentos entre fevereiro de 2021 e junho de 2023, garantindo de 5% a 50% do saldo devedor de capital de giro tomado junto à essas instituições.
- Alienação fiduciária das marcas "Kalipto", "NO AR", Pinho Bril, Limpol e Pinho Bril Plus, de propriedade de controlada.
- Alienação fiduciária de lista pré-definida de estoques.
- Cessão fiduciária de duplicatas e outros direitos creditórios.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal referente Compra e Venda de Títulos aguardam deferimento de aceitação pelo juiz dos referidos processos.

32. Eventos subsequentes

A Companhia comunicou ao mercado e seus acionistas, no dia 04 de fevereiro de 2021, a aprovação, pelo Conselho de Administração, da repactuação da escritura da terceira emissão privada de debêntures simples não conversíveis em ações.

A terceira emissão passa a ser composta por até 70 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), podendo perfazer o valor de até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).